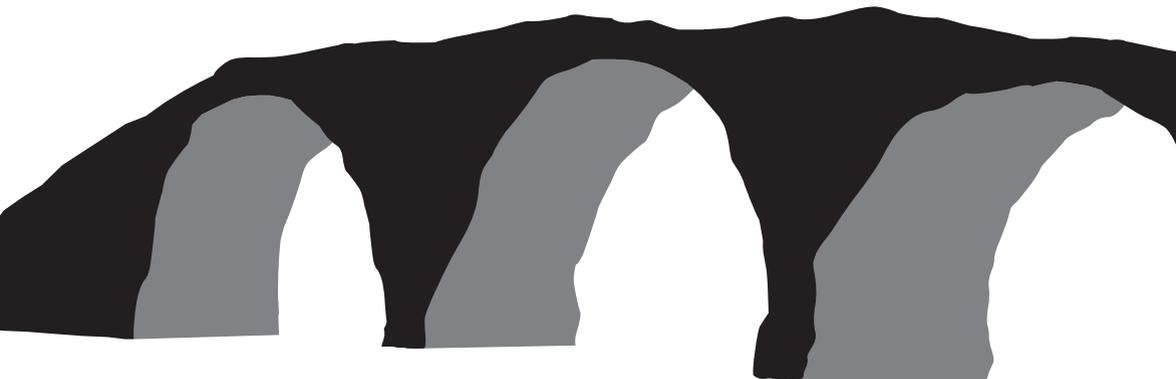


VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 8 | Número 2 | Julho – Dezembro 2014
ISSN 1981-5875

**POVOS COM HISTÓRIA: UMA REVISÃO DA
ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NOS ESTADOS UNIDOS**

Barbara Little



Data de recebimento: 05/06/2014
Data de aceite: 21/08/2014

POVOS COM HISTÓRIA: UMA REVISÃO DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NOS ESTADOS UNIDOS

Barbara Little¹

RESUMO

A Arqueologia Histórica tem se expandido significativamente nos últimos dez anos. Este ensaio discute algumas das tendências e temas que têm se tornado importantes na Arqueologia Histórica nos Estados Unidos desde 1982. A primeira seção avalia brevemente esse campo de estudo. A segunda discute o capitalismo como um tema que pode unificar os estudos. Pesquisas comparativas, análises integrativas e os conceitos de poder e ideologia são centrais ao tema do capitalismo. A terceira seção trata de um breve estudo de caso sobre os Cherokee no período histórico. A conclusão comenta sobre o estado institucional da Arqueologia Histórica.

Palavras Chave: arqueologia histórica; sociedades complexas no Novo Mundo; capitalismo; estudos de cultura material; antropologia histórica material.

RESUMEN

La Arqueología Histórica ha crecido significativamente en las décadas pasadas. Este artículo discute algunas de las problemáticas y temas de mayor interés en la Arqueología histórica de Estados Unidos desde 1982. La primera parte aborda de forma sucinta este campo. En la segunda discuto como el capitalismo sirve como una problemática que unifica las investigaciones. Estudios multiculturales, análisis integrados, y el concepto de poder e ideología son centrales. En la tercera parte se presenta brevemente un estudio de caso sobre los Cherokees del periodo histórico. En las conclusiones se analiza el estado institucional de la arqueología Histórica.

Palabras llaves: Arqueología Histórica, Sociedades complejas del nuevo mundo, capitalismo, estudios en cultura material, antropología material histórica.

¹ Publicado originalmente em *Journal of Archaeological Method and Theory*, Vol. 1, No. 1, 1994. Traduzido com permissão da autora e editora. Tradução de Joseph Scott Allen, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Dept. de Arqueologia, Av da Arquitetura, s/n - CFCH - 10o andar, Cidade Universitária, 50740-550 - Recife, PE – Brasil, Telefone: (81) 21267364. E-mail: sjallen@uol.com.br

ABSTRACT

Historical archaeology has expanded greatly in the past decade. This essay discusses some of the trends and themes that have become important in historical archaeology in the United States since 1982. The first section briefly assesses the field. The second discusses capitalism as one theme that may serve to unify research. Cross-cultural research, integrative analysis, and the concepts of power and ideology are central to this theme. The third section is a brief case study concerning the historic Cherokee. The conclusion comments on the institutional state of historical archaeology.

Key words: historical archaeology; New World complex societies; capitalism; material culture studies; historical material anthropology.

INTRODUÇÃO

No mesmo ano em que foi publicado o artigo, “Avenues of Inquiry in Historical Archaeology” no livro *Advances in Archaeological Method and Theory*, por Kathleen Deagan (1982), apareceu o livro de Eric Wolf (1982), *Europe and the People Without History*. Wolf chamou a atenção dos antropólogos para diversos problemas: o sistema mundial moderno, o capitalismo, a história e os usos políticos variáveis da “história”. A arqueologia histórica diz respeito tanto aos povos “com história”, aqueles que comumente têm escrito histórias sobre o passado, quanto aos povos “sem história”, aqueles que frequentemente têm sido excluídos dessas histórias. Um foco nos povos “com história” destaca a história dos europeus em relação à de outros povos, criando uma arqueologia da Idade do Descobrimento, da colonização e do desenvolvimento do sistema mundial moderno. Um foco nos povos “sem história” considera esses problemas de outro ponto de vista e não é apenas crucial para construir uma arqueologia americana mais completa, mas também tem a consequência desejável de acrescentar muito mais vozes à nossa percepção do passado. A arqueologia histórica tem se concentrado nos povos “com história”, porém tem feito esforços para restaurar alguma diversidade do passado às nossas versões sobre eles. Este objetivo é avançado pelo engajamento recente da disciplina com conceitos como capitalismo, ideologia, desigualdade, poder e heterogeneidade e por dar muita atenção à interpretação dos significados e usos da cultura material.

Este ensaio discute algumas das tendências e temas que têm se tornado importantes ou promissores na arqueologia histórica desde o artigo da Deagan há mais de uma década. Muitos dos problemas que dominaram o campo em 1982 persistem. O rápido desenvolvimento teórico que caracterizou a disciplina entre 1960 e 1980 continua em conjunção com desenvolvimentos em arqueologia e antropo-

logia como um todo. Um conjunto de problemas que se mantém diz respeito à relação profissional, institucional e intelectual entre arqueologia pré-histórica e histórica, bem como entre arqueologia histórica e antropologia sócio-cultural. A arqueologia histórica ainda pode ser caracterizada como somatória. Objetivos iniciais como a recuperação dos detalhes da arquitetura histórica continuam, objetivos mais recentes como a elucidação do poder e da ideologia aparecem e são engajados. A arqueologia histórica está começando a avaliar mais efetivamente e criticamente categorias analíticas como gênero e raça. A seção a seguir avalia as tendências na disciplina ao longo da década passada e considera problemas e questões reconhecidos atualmente. A seção subsequente discute capitalismo como um tema com potencial de unificar as pesquisas e a última seção, através de um estudo de caso, oferece alguns fios que são integrais às interpretações de cultura material se o contexto amplo do capitalismo e os problemas relacionados forem abordados de forma bem sucedida.

AVALIAÇÃO

As contribuições da arqueologia histórica que Deagan (1982) resumiu da literatura incluem a suplementação histórica, a reconstrução de modos de vida passadas, os estudos processuais, os estudos cognitivos e as contribuições à ciência arqueológica. Todas essas contribuições continuam; e vale a pena resumir algumas das questões que estão sendo abordadas. A segunda, terça e quarta categorias de Deagan estão reunidas aqui sob o rótulo de etnografia histórica.

SUPLEMENTAÇÃO HISTÓRICA — DESAFIO HISTÓRICO

A arqueologia ainda funciona como suplementação histórica, no sentido amplo de que a pré-história pode ser considerada “o melhor que conseguimos fazer” dada a falta de registros escritos, e no sentido mais restrito no preenchimento das lacunas em sociedades documentadas. Não há dúvida que essa função continua a ser importante. Mas os arqueólogos não precisam se contentar em meramente fornecer detalhes ou “fatos” que os historiadores consideram úteis ou não. A arqueologia não é uma “auxiliar”, como Hume (1964) insistiu há mais de trinta anos, mas sim colega da história.

Enquanto muito da arqueologia histórica continua restrita por necessidades específicas, relacionadas à *arqueologia de contrato* bem como às demandas de reconstrução arquitetônica, pesquisas inovadoras e importantes continuam a ser realizadas sob essas condições. Um caso entre muitos exemplos vem do trabalho realizado no sítio Hermitage, propriedade do presidente Andrew Jackson, localizado em Tennessee (ex., Smith, 1976). Durante investigação rotineira, arqueólo-

gos descobriram detalhes arquitetônicos que necessitavam de um entendimento revisado da sequência de construção nesse sítio (McKerr et al., 1992). Pode não parecer antropológicamente significativo que a cozinha atual fora separada da casa grande poucos anos depois de pensada originalmente; ou que demais reformas foram realizadas, até que se considere os significados e contextos atrelados ao ambiente construído. Nesse caso em particular, questões previamente não colocadas foram levantadas sobre as implicações da proximidade física e das tensões dos ocupantes dentro de uma moradia composta de proprietários brancos vivendo na casa principal e negros escravizados vivendo na cozinha. As tentativas aparentes de diminuir tensões sociais e pessoais através da separação física levantam diversas questões sobre a eficácia de soluções arquitetônicas para problemas sociais.

Além de sugerir novas avenidas de questionamento sobre relações sociais, a reinterpretção instigada pela arqueologia também encoraja uma exame sobre por quem e para quem a história de uma casa e de seus ocupantes seria voltada. De acordo com a narrativa oficial de Hermitage, a estória de Andrew Jackson e até da sua casa nega as contradições e os conflitos não resolvidos (McKee et al., 1992), uma situação que parece extraordinária dada a carreira de Jackson, porém que é similar a outras exposições de “grandes homens”. Decisões sobre quais partes da história são contados, enfeitados, excluídos ou desprezados são escolhas atuais. Arqueólogos históricos têm alguma contribuição e responsabilidade sobre essas escolhas.

A função suplementar da arqueologia histórica tem que ser explicitamente expandida para abordar a elaboração de histórias e mesmo corrigir a história derivada dos documentos. Não é minha intenção resgatar a ideia de que a arqueologia é objetiva enquanto a história é subjetiva. Contudo, quero enfatizar que a arqueologia pode fornecer questões e interpretações alternativas. Logo, parte da suplementação histórica inclui maneiras criativas na escrita sobre o passado que não dependem de documentos históricos ou dos historiadores como juízes finais de uma história significativa ou precisa. Por exemplo, McDonald et al. (1991) descrevem um projeto arqueológico comissionado pelos *Northern Cheyenne* para documentar rotas de fuga tomadas durante a chamada Outbreak de Fort Robinson em 1879. Os resultados arqueológicos desafiaram de forma bem sucedida os contos oficiais baseados no exército por terem revelado dados que apoiaram a tradição oral dos Cheyenne. A história oral e a arqueologia, portanto, poderiam se apoiar no provimento de dados e perspectivas que contribuam para uma história mais verídica nas quais as tendências e a política de conhecimentos sejam reconhecidas.

A suplementação da história pelo preenchimento das lacunas chama a atenção

para essas mesmas lacunas e leva a uma apreciação da sua importância. A arqueologia histórica está numa posição de criar elos analíticos entre formas escritas, orais, materiais e expressivas, e continua interligando a história e a antropologia. A função da suplementação é mais bem pensada como desafio histórico. A história suplementada é a história recontextualizada.

ETNOGRAFIA HISTÓRICA

Cotidiano, cognição e processo cultural têm que ser considerados na construção da etnografia histórica. A tendência de se abordar estudos cognitivos do tipo exemplificado por Deetz (1977) e Glassie (1975) estava se concretizando quando Deagan (1982) escreveu que tal orientação poderia ser uma forma de reconciliar perspectivas mentalistas e materialistas. Este foco é certamente uma extensão da definição da arqueologia como “ciência da cultura material”, a qual requer que as interpretações da cultura material sejam mais adequadamente teorizadas. O objetivo expresso nos “estudos cognitivos” é a reconstrução cultural ao invés da comportamental ou da interpretação funcional. É uma questão de debate se um foco na interpretação estruturalista pode ser adequadamente rotulado como uma abordagem cognitiva, tendo em vista as críticas levantadas quanto ao estruturalismo de Levi Strauss que destacam a ênfase inerente em um *ahistoricismo* e a falta de significado. Diamond (1974:303), por exemplo, escreve que “há, provavelmente, uma inconsistência nas categorias do estruturalismo presumidamente altamente simbólicas e da redução inerente do seu princípio explanatório.” Todavia, as investigações sobre “visão de mundo” (*worldview*) variavelmente formuladas servem para direcionar a intenção arqueológica à cultura, bem como fornecer algum *insight* na ideologia, definida amplamente. Os desafios em entender os elos entre *worldview* e cultura material têm significativamente desenvolvido o potencial dos arqueólogos históricos de fazer etnografia histórica. Deetz (1988a) enfatiza esse ponto na sua sugestão de que o termo *arqueografia* descreve mais precisamente os trabalhos que os arqueólogos fazem que são paralelos à etnografia.

A separação de categorias como estudos de modo de vida e estudos cognitivos ou culturais refletiram tendências reais na disciplina uns quinze anos atrás, mas atualmente não faz muito sentido tentar um sem o outro. Também não faz sentido separar os objetivos da arqueologia histórica da antropologia como um todo. Enquanto a arqueologia histórica estava sendo definida como profissão, Schuyler (1970) comentou sobre seu potencial como um laboratório para a antropologia, particularmente no que se refere a processos como colonização e aculturação. A atenção a esses processos continua a se expandir na disciplina. A ideia de coloni-

zação, por exemplo, pode ser dissecada nos pacotes dinamicamente relacionados de poder, dominação, negociação hegemônica e resistência em muitos níveis. Aculturação, discutida no estudo de caso abaixo, é investigada de forma mais útil como envolvendo mediações econômicas e simbólicas complexas entre o etnocídio e a etnogênese. A reconstrução de culturas e modos de vida passados, ou etnografia histórica, e a descrição de processos como aculturação, adaptação nas fronteiras, imperialismo e capitalismo continuam a contribuir às histórias dos povos marginalizados, bem como dos privilegiados.

Arqueólogos históricos categorizam suas pesquisas de diversas maneiras, algumas sobrepostas. Por exemplo, eu posso descrever meus estudos simultaneamente como focados primariamente no século 19 no leste dos Estados Unidos, em contextos urbanos, ideologia, capitalismo e com uma abordagem feminista. Eu poderia fornecer uma variação de estudos atuais organizados por cronologia, geografia, tema, filosofia ou técnica. Tanto as escalas geográficas quanto as analíticas em que os arqueólogos históricos atuam variam consideravelmente. Estudiosos têm argumentado por escalas de análise frutíferas que vão do sistema global (ex., Falk, 1991), à comunidade (ex., Schuyler, 1988), à moradia (Beaudry, 1984). Tal variedade pode ser interpretada como uma fragmentação sem esperança ou, de forma otimista, como uma diversidade saudável que pode ser direcionada pela sugestão de alguns temas norteadores.

Desde 1982, nos Estados Unidos, pesquisas realizadas por muitos estudiosos têm tido interesses temáticos e regionais. As citações a seguir não são exaustivas. Por uma questão de brevidade cito principalmente monografias e coletâneas ao invés de artigos e capítulos individuais e incluo poucas referências aos relatórios técnicos da arqueologia de contrato. Minha proposta é enfatizar tanto a quantidade enorme de trabalho que tem sido realizado nos últimos doze anos como os tópicos que têm sido investigados na medida em que a arqueologia histórica tem crescido e amadurecido como disciplina. Pesquisas dentro do contexto de colonização e da expansão capitalista incluem o contato entre povos europeus, africanos, asiáticos e indígenas; o desenvolvimento de culturas subordinadas e insubordinadas, incluindo o estabelecimento de economias de *plantation*, cidades e indústria; conflitos e cooperações interétnicos e inter-raciais; a mudança de papéis de gênero e de relações e ideologias; e temas múltiplos relacionados.

A perspectiva ímpar da arqueologia histórica fornece o tema estruturante por muitos volumes organizados por cobertura geográfica, temporal e temática. (Beaudry, 1988; Cotter, 1984; Falk, 1991; Little, 1992b; Neuman, 1983; Ward, 1983; Yentsch, 1987). A arqueologia urbana tem recebido atenção específica (Dickens, 1982; Schuyler, 1982; Staski, 1987). Leone e Potter (1988a) e Yentsch &

Beaudry (1992) têm dedicado coletâneas organizadas voltadas à análise simbólica e de significados. Esses temas também são considerados por Shackel (1993a) na sua análise sobre a criação de disciplina pessoal moderna.

Desigualdade é uma condição do ambiente etnográfico estudada pela maioria dos arqueólogos históricos e serve como tema para o livro McGuire & Paynter (1991). Relacionados à desigualdade estão raça, etnicidade, classe, gênero e outros fatores sociais e econômicos importantes na etnografia histórica. Gênero, em particular, é um tema de pesquisa rapidamente crescente (Seifert, 1991; Walde & Willows, 1991). Muitos autores têm recentemente discutido etnicidade (Leone et al., 1994; McGuire, 1982; Staski, 1990). É difícil separar raça e etnicidade porque a natureza que fronteira os grupos se altera dentro de contextos culturais. Americanos de descendência anglo, espanhola, africana e indígena têm recebido bastante atenção. Estudos extensivos de arqueologia histórica têm sido realizados nas fronteiras espanholas da Califórnia à Flórida (ex., Farnsworth & Williams, 1992; Thomas, 1989, 1990, 1991). Por exemplo, a cidade de St. Augustine (ex., Deagan, 1983; Reitz & Scarry, 1985) e as missões da Califórnia (ex., Farnsworth, 1989; Hoover & Costello, 1985) foram sujeitas a um grande número de estudos. Asiáticos, definidos tanto por raça quanto etnia, também têm sido pesquisados (Costello & Manieri, 1988; Wegars, 1993).

A arqueologia de afro-americanos frequentemente tem focado na escravidão das *plantations*, mas tem também contribuído para considerar os papéis e situações variáveis de americanos negros escravizados e livres, rurais e urbanos. Estudos de *plantations* têm iniciado a prover histórias de *plantations* individuais (ex., Kelso, 1984; Otto, 1984), a realizar experimentos com a técnica South de reconhecimento de padrões (Singleton, 1985), a iluminar expressões materiais como *colonoware* (Ferguson, 1992) e a criticar a abordagem arqueológica da escravidão (Orser, 1990a). *Plantations* do período pós-guerra civil (*postbellum*) ocupadas por arrendatários, fazendas sulistas e a situação variável de negros livres também tem sido estudados (Geismar, 1982; Orser, 1988a, 1990b; Singleton, 1994).

Os efeitos da colonização em povos nativos (bem como os colonos) é uma área importante para pré-historiadores e arqueólogos históricos. Trabalhos extensivos têm sido realizados sobre a depopulação e demografia da América indígena (Dobyns, 1983; Ramenofsky, 1987; Smith, 1987; Verano & Ubelaker, 1992). Explorações europeias, processos de colonização e mudança pós-contato formam modelos essenciais para a interpretação de sítios e regiões (Dyson, 1985; Ewen, 1991; Fitzhugh, 1985; Fitzhugh & Olin, 1993; McGhee, 1984; Rogers & Wilson, 1993). Alguns dos estudos envolvendo contato entre povos europeus e indígenas têm sido conduzidos no sudeste (Blakely, 1988; Keegan, 1992; Potter,

1993; Wood et ali., 1989), no nordeste (Faulkner & Faulkner, 1987) e no meio do continente (Gums, 1988; Walthall, 1990; Walthall & Emerson, 1992). Rogers (1990) focalizou-se na mudança cultural entre os *Arikara*. Trigger (1985) reavaliou a narrativa e os mitos padrão quanto ao povoamento do Canadá por europeus, atribuindo aos grupos indígenas um papel criativo na formação daquele país.

A variedade dos demais temas abordados é muito ampla. Fronteiras (Lewis, 1984) e relações inconstantes entre núcleo e periferia (Paynter, 1982) são problemas significantes. O movimento ocidental e a extração de riquezas das terras são indispensáveis em temas como o *Gold Rush* da Califórnia (Pastron & Hattori, 1990) e a mineração de prata em Nevada (Haredesty, 1988). Focando nas escolhas de consumidores do mercado, Spencer-Wood (1987) coleciona pesquisa que estende a técnica da escala econômica elaborado por Miller para examinar questões de status socioeconômico e a sua interpretação arqueológica. Paisagem tem recebido atenção frequente em muitas disciplinas e tem se mostrado um tema frutífero para a arqueologia histórica (Kelso & Most, 1990). A guerra civil americana, que sempre recebeu muita atenção por parte dos historiadores, apresenta um desafio para os arqueólogos (Geier & Winter, 1994). Outras pesquisas militares incluem a *Battle of Little Bighorn* (Scott & Fox, 1987; Scott et ali., 1989).

Outros estudos regionais versam sobre as Carolinas (Wilson, 1985), Chesapeake (Shackel e Little, 1994), Long Island (Stone & Ottusch-Kianka, 1987) e Rockbridge County, no estado de Virginia (McDaniel & Russ, 1984). Estudos focados localmente incluem aquele em St. Mary's City no estado de Maryland (Miller, 1986), a *plantation* Martins Hundred em Virginia (Noël Hume, 1983), Philadelphia (Cotter et ali., 1992), a cidade de New York oitocentista (Rothschild, 1990) e a Monterey novecentista na Califórnia (Felton & Schulz, 1983).

Apesar de ser mal representada nos últimos parágrafos, a extensão da etnografia histórica produzida na arqueologia histórica, junto com a quantidade de literatura, continua a crescer dramaticamente.

CAMPO DE PROVAS PARA PRINCÍPIOS PRÉ-HISTÓRICOS

O uso da Arqueologia Histórica como laboratório para o aperfeiçoamento da ciência arqueológica geral através da etnoarqueologia e da “ciência da cultura material” tem sido amplamente reconhecido (ex., Deagan, 1982; Schuyler, 1970). Uma contribuição similar é feita por estudos da cultura material moderna (ex., Gould & Schiffer, 1981; Rathhe, 1979). Tais estudos incluem exames de seriação, padrões de descarte como reflexos de etnicidade, indicadores de *status* e a observação dos processos de formação. Muitos arqueólogos históricos permanecem explícitos quanto sua esperança de desenvolver métodos que irão avançar

os objetivos da pré-história e contribuir para pesquisas culturais comparativas, particularmente entre sociedades complexas (ex., McGuire & Paynter, 1991; Mrozowski, 1988; Paynter, 1982, 1985; South, 1988a, 1988b; Stevenson, 1982). Paynter (1985), por exemplo, construiu um modelo de relações fronteira-núcleo que propõe ser largamente aplicável a sociedades estratificadas. Por considerar o ambiente local, produtores primários, elites regionais e elites do núcleo, Paynter criou uma abordagem político-econômica que rejeita explicitamente um modelo difusionista, optando focar na produção e distribuição de bens. Um *insight* importante dos estudos de fenômenos como fronteiras, colonialismo e aculturação é que o contato tende a criar diferenças e conflitos em vez de um caldeirão de uniformidade. Esse *insight* de heterogeneidade é amplamente aplicável a questões internas e externas de governos (vide Brumfiel, 1992).

Muitos arqueólogos históricos fazem uso de modelos de evolução e ecológicos para a explanação. Para descrever a fronteira industrial da América oitocentista por uma analogia a um ecossistema, Hardesty (1985) descreve estruturas ‘nicho’. Ele advoga o uso da teoria evolutiva científica na arqueologia histórica, mas também alerta que “é evidente que nos falta atualmente um conjunto de princípios explicativos capazes de lidar com o comportamento criativo de organismos (povos) voltado ao seu ambiente, tais como os ambientes ‘importados’ das sociedades industrializadas” (Hardesty, 1985: 226).

Há tanto vantagens quanto desvantagens com relação a esse tipo de abordagem. Empregar a mesma linguagem, modelos e questões de investigação que os pré-historiadores utilizam encoraja a arqueologia histórica a se enquadrar em um *continuum* e se oferecer como um laboratório para modelos e conceitos da pré-história. Contudo, ao invés de atuar realmente como um laboratório, a arqueologia histórica frequentemente apenas confirma modelos já existentes e aplicados a outros dados. A função da arqueologia histórica como “auxiliar a pré-história” é uma contribuição essencial do campo, porém seria um equívoco desprezar objetivos que talvez não avancem em um método geral. Imagine a pobreza da antropologia se etnólogos não tivessem interesse nas expressões abstratas como cognição, mito, intenção e cultura, pois tais informações não podem ser conseguidas através dos dados da pré-história.

NOVAS CRISES E QUESTÕES DE MÉTODO

Em 1982 a Arqueologia como todo iniciou um novo período de autorreflexão crítica e, argumentariam alguns, defesa reacionária. Nesse ano foram publicados *Symbolic and Structural Archaeology* (Hodder, 1982a), *Symbols in Action* (ibid. 1982b) e *Some Opinions about Recovering Mind* (Leone, 1982). Desde então, um

grande número de debates tem ocorrido sobre os prós e os contras da Arqueologia Processual e da Pós-processual (ex., Earle & Preucel, 1987; Gibbon, 1989; Hodder, 1985, 1986, 1991; Leone et al., 1987; Miller & Tilley, 1984; Patterson, 1990a, 1990b; Preucel, 1991; Schiffer, 1988; Shanks & Tilley, 1987; Watson & Fotiadis, 1990; Watson, 1990). A arqueologia histórica tem passado por seus próprios períodos de crescimento e mudança, não sendo menos poupada do tumulto dos anos 80 e 90 do que a pré-história. Aliás, os seus praticantes têm sido frequentemente os proponentes mais bem sucedidos de uma abordagem que busca descobrir intenção, relações sociais e ideologia junto com economia, função e estrutura. Watson & Fotiadis (1990: 615) alertam que, “não escapou o olhar dos processualistas, e de outros pouco convencidos pelos pós-processualistas simbólico-estruturais, que praticamente todas as suas publicações até o momento têm se configurado dentro ou fortemente dependentes dos dados etnográficos e históricos (ex., Leone & Potter, 1988).” É obvio que os tipos de objetivos mais cobiçados pelo pós-processualismo – preocupação com significados, símbolos, cognição, poder e contexto histórico – são mais completamente e convincentemente atingidos dentro da arqueologia histórica. Hodder (1986: 141) escreve que “é parcialmente por essa razão (a necessidade de ter muitos dados contextuais) que a Arqueologia Histórica seja uma abordagem ‘mais fácil’... os dados mais ricos permitem a busca de mais similaridades e diferenças ao longo de dimensões mais relevantes de variação.”

Com certeza, os arqueólogos históricos simpaticamente descartam qualquer caracterização do seu trabalho como sendo ‘fácil’. São conscientes demais dos numerosos problemas enfrentados pelas manobras necessárias entre fontes documentais e materiais e pela acomodação de conceitos culturais comparativos e situações históricas particularistas enquanto reconhecendo as complexidades e o dinamismo dos seus dados e modelos. A criação de um método apropriado está ainda em elaboração e se trata de um foco constante de discussão dentro da disciplina.

Em 1987 a sessão plenária no encontro anual da *Society for Historical Archaeology* versou sobre “Questions that Count in Historical Archaeology”. As opiniões expressas nesse encontro enfatizaram a necessidade de dar atenção consciente ao método e a necessidade da ligação do método com a teoria. As críticas levantadas pelos próprios praticantes identificaram problemas de longa duração. Promessas do amplo, embora ainda imperfeitamente realizado, potencial da arqueologia histórica foram reiteradas. Os textos da sessão plenária foram publicados no jornal da sociedade no ano seguinte (vide *Historical Archaeology*, Volume 22, N1).

Nesse fórum, Honerkamp (1988) caracterizou a pesquisa arqueológica-

histórica como rotineira e ausente de teoria. Alguns dos participantes da plenária buscaram a solução desse problema nas linhas tradicionais da antropologia. Por exemplo, o uso da teoria de energia como conceito norteador para descrever e organizar sociedades foi sugerido por South (1988b). Mrozowski (1989) enfatizou que uma perspectiva cultural comparativa pode fornecer um sentido de propósito que falta à disciplina.

Não é difícil, porém, encontrar questões de importância no que se refere ao mundo moderno depois de 1500; o que permanece difícil é encontrar uma forma única para abordá-las (Deagan, 1988). Metodologia é vista como o elemento oscilante. Dois níveis de método podem ser distinguidos: o técnico, que recebe a maioria da atenção; e o informado pela teoria que estrutura as pesquisas, ainda carente e de grande necessidade (Cleland, 1988). Um problema metodológico concerne ao uso eficaz das fontes arqueológicas e documentais (Beaudry, 1988; Leone, 1988; Little, 1992a; Schuyler, 1988).

Há pelo menos cinco abordagens utilizadas na disciplina que visam a combinação de fontes textuais e de cultural material. Essas estratégias consideram essas duas fontes como contraditórias, complementares, fontes para hipóteses, prontas para desmentir e necessárias para contexto (Little, 1992b). No primeiro caso, os dados documentais e arqueológicos podem ser contrastados. A procura de anomalias em conjuntos de dados é inspirada pelo enfoque etnoarqueológico da 'teoria do médio alcance' (ex., Binford, 1977, 1981; Schiffer, 1976) adaptado para a arqueologia histórica (ex., Leone, 1988; Potter, 1992). As fontes na segunda abordagem podem ser utilizadas para complementar-se, efetivamente preenchendo detalhes ou fornecendo mais confiabilidade. No terceiro caso, qualquer uma das duas fontes, mas tipicamente os documentos, pode promover a formulação de hipóteses, as quais seriam testadas contra a outra fonte, geralmente a arqueológica. Na quarta abordagem, qualquer conjunto de dados, documentais ou cultura material, pode ser utilizado para desmentir alguma versão do passado derivado do outro conjunto. Arqueólogos têm sido mais interessados em desmentir mitos históricos que o contrário, uma situação que talvez venha a mudar assim que os historiadores prestarem mais atenção aos resultados da arqueologia. Finalmente, os documentos têm sido tipicamente empregados para fornecer contextos que formam a base das interpretações. Em todas essas abordagens, a cultura material tem que receber status como um conjunto primário de dados.

Não há dúvida que os métodos desenvolvidos especificamente para a arqueologia histórica têm ajudado tanto a descrever dados quanto a estabelecer problemas de investigação na disciplina. Dois métodos amplamente empregados são o reconhecimento de padrões de categorias de artefatos definidos por função, criado

por South (1977a, b, 1988b), e o índice de graduação econômica para vasilhames cerâmicos ingleses por Miller (1980, 1991). Ambos desses métodos fornecem formas coerentes de organizar e comparar dados. Críticas dos métodos ajudam a refinar as questões que elaboramos e a melhor teorizar sobre o significado e a relevância das categorias e das comparações. Orser (1989) critica a técnica de reconhecimento de padrões por South, que é amplamente empregada. Yentsch (1991a, b) critica o amplo foco nas medidas de graduação-econômica inspirado pelo índice de Miller, bem como as limitações analíticas das categorias de South. Ela entende que cada método encoraja a colocação de determinadas questões ao detrimento de outras que possam ter mais potencial para entender gênero e os correlatos de relações de gênero. O registro cuidadoso de preços para bens de consumo e a comparação dos custos originais de conjuntos têm levado à descrição de escolhas por consumidores (Spencer-Wood, 1987) e deve continuar a instigar análises críticas quanto ao significado e a expressão de *status* social, consumo e práticas econômicas.

Enquanto é geralmente reconhecido que a metodologia – por estruturar a investigação, pela ligação de teoria com os dados e pelo uso eficaz das informações documentais e arqueológicas – está carente de atenção, há pouco consenso sobre como o método seria melhorado ou aplicado aos problemas mais amplos. E as questões em si não são tão óbvias. Arqueólogos devem depender de historiadores sociais e antropólogos culturais para definirem as questões de importância? As questões de importância são sobre raça, classe e gênero? De interesse político ou social? De linhas tradicionais na antropologia? Dos detalhes históricos? A resposta óbvia, que todas essas questões são importantes, nós leva mais uma vez a enfatizar métodos apropriados para atender a esses problemas.

Deagan (1982: 171) versa sobre alguns pontos do potencial da disciplina devido à natureza das fontes disponíveis:

É justamente essa qualidade de relevância a uma grande variedade de problemas e disciplinas que apresenta-se como um poder único e um perigo inerente à arqueologia histórica. Atenção simultânea a questões históricas, antropológicas, arqueológicas e ideológicas tem levado o campo ser um pouco desfocado e errático. A influência crescente de programas de gerenciamento de recursos culturais na arqueologia histórica tem exacerbado esse problema. Arqueólogos históricos abordam diversos tipos de questões, com pouca troca de ideias em muitos casos. Nesse sentido, a arqueologia histórica poderia se tornar um conjunto de técnicas aplicáveis a um vasto número de problemas, mas sem um foco primário próprio.

Vários arqueólogos têm sugerido que o capitalismo seja considerado o foco

principal da disciplina (Leone, 1977; Leone & Potter, 1988b; Orser, 1988b; Paynter, 1988). Orser (1988b) considera que esse foco resolve um problema de longo termo quanto à posição *ateórica* e eclética da disciplina. Um foco no capitalismo, no desenvolvimento da ideologia do mundo Ocidental moderno, é importante.

UMA ARQUEOLOGIA DO CAPITALISMO?

Leone & Potter (1988b:19) escrevem,

A questão de se a arqueologia histórica deve ser considerada como uma arqueologia da emergência e desenvolvimento de capitalismo tem sido respondida no afirmativo. Nunca houve uma escolha até para aqueles que têm sido indiferentes ou até hostis à questão. [...] Em outras palavras, podemos saber do nosso contexto social, que está dentro do contexto de capitalismo industrial avançado, ou sermos reféns dele.

Há dois pontos: a arqueologia do contexto capitalista conforme a sua emergência e desenvolvimento e o contexto social da própria disciplina dentro de uma cultura capitalista. Leone e Potter (1988b) identificam dois conceitos que necessitam ser incorporados ao nosso estudo: ideologia – tanto no desenvolvimento histórico quanto a ideologia que envolve “os passados” construídos por arqueólogos; e a consciência – a atenção às construções e restrições ideológicas dentro das quais nós como arqueólogos trabalhamos. Muitos estudiosos (Blakey, 1983; Handsman, 1983; Schuyler, 1976) têm levantado o tema da arqueologia histórica como uma serva à ideologia atual, um papel que pode ser caracterizado como “auxiliar ao capitalismo”. Outros também têm insistido da necessidade do papel social e ideológico da arqueologia (ex., Gathercole, 1984). A desvantagem de tal insistência, se removida de um contexto marxista, é o risco do super-relativismo. A vantagem mais convincente é o potencial para uma avaliação verdadeira das nossas tendências e interpretações bem como dos seus impactos sociais. A consciência e o contexto ideológico atual não podem ser adequadamente tratados nessas páginas, apesar de que a sua importância esteja subentendida neste ensaio. Entretanto, a investigação do desenvolvimento histórico do(s) contexto(s) do capitalismo, um tema de pesquisa instigante, dado nossa situação social e cultural atual, é o assunto do resto desta seção.

Os estudos sobre a cultura do capitalismo buscam compreender as mudanças mais difundidas do último meio-milênio: como os povos entenderam as transformações econômicas, técnicas e sociais do capitalismo e dos seus efeitos culturais? Certamente, um foco no capitalismo nesse caso começa com o capitalismo mercantil do século XVI ao invés das formas de capitalismo industrial desde o século XVIII. O capitalismo como um sistema mundial serve como uma forma

de se manter interligada uma plethora de questões e problemas. Dentro do sistema mundial do capitalismo existem certamente escalas espaciais e temporais de análise e focos de pesquisa diferentes. Nos Estados Unidos, o fenômeno do capitalismo não é necessariamente específico a uma determinada região ou período temporal; não é exclusivamente único ao industrialismo da Costa Leste. Mesmo que o capitalismo apoie e seja apoiado por uma ideologia cultural dominante, nem ele nem a ideologia são transcendentais ou englobantes; são desafiados, mudados e acolhidos. Na tentativa de compreender as raízes do desenvolvimento do capitalismo como as raízes de grande parte da nossa sociedade e cultura americana moderna é necessário tomar cuidado para não tratar sua história e desenvolvimento como inevitáveis. Negar as contingências dos eventos históricos seria um desprezo às pessoas e grupos que resistiram ao capitalismo e uma negação de outras finalidades ou futuros possíveis.

A cultura do capitalismo como ponto de investigação requer consideração em diversas linhas, poucas das quais têm recebido mais do que um tratamento preliminar na literatura. Necessita-se de estudos comparativos entre culturas capitalistas e não capitalistas; de uma ligação cuidadosa da produção, distribuição e consumo; e de análises inovadoras sobre o industrialismo. Necessita-se também de um constante refinamento e da aplicação de conceitos centrais, como poder e ideologia.

PESQUISA CULTURAL COMPARATIVA

Paynter (1989:372) escreve, “Uma verdadeira arqueologia do capitalismo seria mundial em abrangência, e teríamos que entender as trajetórias complexas pelas quais passaram as diversas partes do mundo antes da chegada de Europeus.” É essencial que o desenvolvimento do sistema mundial moderno seja considerado sob o ponto de vista comparativo. Por considerar o capitalismo e o desenvolvimento da sociedade contemporânea e o mundo moderno como conceitos unificantes, arqueólogos históricos precisam direcionar sua atenção global para as áreas colonizadas e outras influenciadas pelos Europeus. O capitalismo começará a parecer um conceito menos monolítico na medida em que as diferenças regionais nas culturas indígenas, as contingências históricas e os contextos ecológicos sejam percebidos de modo a influenciar a aventura europeia. A abordagem comparativa cultural é necessária para entender o “mundo moderno” contemporâneo, que é verdadeiramente diverso.

Estudos bastante provocativos destacam a variabilidade das dinâmicas entre colonizadores e colonizados. Por exemplo, Sichone (1989) discute os efeitos coloniais entre populações indígenas na região do Cinturão de Cobre da Rodésia,

defendendo que o colonialismo forçou novas formas culturais ao invés de permitir “sobrevivências” culturais. Seu apelo para um novo vocabulário e novas maneiras de perceber as reações de povos colonizados deve ser tomado com seriedade. A “aculturação” e suas pistas na cultura material devem ser reconsideradas. Howson (1990) também argumenta a favor dessa posição para que refinemos nossas abordagens aculturativas voltadas à adaptação social e cultural Afro-Americana em contextos das fazendas (*plantations*) do Sul dos Estados Unidos. Rogers (1990) enfatiza as complexidades de sobrevivências culturais na sua análise de contato entre os Arikara e os colonos europeus. Condições materiais, cultura material e os usos de objetos variam consideravelmente nas sociedades indígenas estratificadas. Variam também dentro de um sistema global como o capitalismo desenvolvimentista que possui partes interdependentes, porém separadas.

Com o intento de identificar similaridades e de unificar parte da experiência britânica, Deetz (1977, 1983) voltou a sua atenção à África do Sul, lá buscando desenvolvimentos paralelos à sociedade anglo-americana. Winer & Deetz (1990) descrevem a formulação de uma cultura ‘Cabo Oriental’ (*Eastern Cape*) distintamente diferente da cultura mãe britânica entre 1820 e 1860. Scott & Deetz (1990:76) escrevem,

Enquanto ambas dessas ‘pequenas Inglaterra’ mantiveram caracteres distintos, como resultado de ambientes diferentes e da interação com uma diversidade de povos indígenas, compartilharam uma forma e qualidade geral em comum. A língua, a tradição e a transformação distinta da paisagem natural unificam lugares tão visivelmente diferentes quanto a África do Sul, os Estados Unidos e a Austrália, todos compartilhando uma herança cultural inglesa em comum.

Embora tal homogeneidade possa ser um exagero, é importante reconhecer as similaridades e diferenças nos sistemas mundiais. Comparando similaridades e dissimilaridades, Schrire & Merwick (1991), por exemplo, contrastaram as propostas e os distintos resultados das atividades de holandeses da Nova Holanda, nas Américas e no Cabo da África do Sul.

PRODUÇÃO, CONSUMO, INDUSTRIALISMO

Promovendo um modelo de classe visando a ligação entre mudança material e capitalismo, Paynter (1988) argumenta que produção e consumo, apesar de serem frequentemente estudados como processos separados, precisam ser explicitamente ligados. Porém não deixa muito claro como esses fenômenos seriam analiticamente conectados, particularmente devido ao fato de que operamos dentro de uma cultura do capitalismo, que implicitamente exige tais separações (ex., Barnett & Silverman, 1979:41-81). A separação entre trabalho e vida doméstica

seria estranha em muitos períodos temporais e lugares, mas as separações são forçadas dentro do capitalismo moderno tanto pela ideologia de gênero, que tem tentado definir o lar como lugar onde o “trabalho” de valor não ocorre, quanto pela ideologia de classe, onde é necessário manter o trabalhador alienado e o trabalhador consumidor sem perceber que são idênticos. O trabalho afeta o que há para consumir bem como as condições sob as quais ocorre a produção. Existe uma mudança cultural ampla e geral que acompanha as mudanças sociais na organização do trabalho e que conecta as condições de produção com as circunstâncias de consumo; ou seja, há uma mudança nas expectativas e no controle cultural. O estudo do trabalho é uma área com potencial para contribuir à arqueologia industrial. Juntando registros das tarefas de trabalhadores com descrições de ambientes de trabalho e equipamentos se consegue fornecer um “quadro compreensivo das rotinas diárias dentro de ofícios particulares,” uma orientação que Leary (1979:176) chama de “ecologia industrial.” Uma arqueologia histórica do trabalho não necessita ser limitada a reproduzir uma abordagem ecossistêmica, mas fará uma valiosa contribuição à economia política do tipo promovido por McGuire & Paynter (1991).

Existe uma grande e crescente literatura sobre a arqueologia industrial, particularmente da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos (ex., Greenwood, 1985; Rapp & Beranek, 1984; Sande, 1976), mas também de outras partes do globo (ex., Hudson, 1979; Vance, 1984). Muito da produção da arqueologia industrial sofre de antiquarianismo e também da falta de uma estrutura teórica coerente. Apesar dos efeitos do capitalismo industrial serem aparentes tanto fora do lugar de trabalho quanto dentro, o loco de trabalho, as condições físicas e a organização do processo de trabalho e de produção oferecem pistas intelectuais na negociação entre os que eram trabalhadores e os que eram gerentes.

Há alguns poucos exemplos da ligação explícita da disciplina no ambiente de trabalho com a disciplina pessoal do indivíduo. Um foi oferecido por Shackel (1993a) na sua descrição da padronização da escova de dente. A fabricação de escovas de dente começou na Grã-Bretanha no início do século 19. A escolha artesanal do local e a perfuração de buracos para as cerdas foram substituídos em etapas por máquinas precisas introduzidas com a reorganização da fabricação. A mudança no ambiente de trabalho se correlaciona com o uso das escovas de dente como parte de uma rotina individualizante que envolve a higiene e a apresentação cuidadosa do indivíduo. Assim, a produção e o consumo de um determinado artefato são ligados dentro de um contexto amplo de mudança cultural que enfatiza a disciplina pessoal. Fora da arqueologia histórica, mas de interesse para esse campo, é a relação entre as rotinas padronizadas dos trabalhadores – autores

e impressores – na cultura impressa emergente, tanto dos produtos padronizados da imprensa quanto da influência padronizadora da impressão em consumidores de itens impressos (Eisenstein, 1983; Little, 1988).

Ligar a produção às moradias dos trabalhadores é particularmente importante para atingir uma interpretação consistente das cidades industriais. Beaudry & Mrozowski (1988, 1989; Beaudry, 1989) discutem o papel do paternalismo corporativo e seus efeitos na vida dos trabalhadores em Lowell, Massachusetts. O trabalho que se realiza em Harpers Ferry, West Virginia (Shackel, 1993b) considera, explicitamente, as relações entre mudança tecnológica e cultural. Cultura material doméstica, preferências alimentares, práticas de saúde e higiene e o tratamento da paisagem são investigados para interpretar a resistência e a aceitação da disciplina tanto na fábrica quanto no lar.

IDEOLOGIA E PODER

É claro que um dos mais importantes conceitos de uma arqueologia do capitalismo é o de ideologia. Essa preocupação não é menos importante do que na (pré-) história dos estados institucionalizados e dos mecanismos de controle e poder. O termo ideologia tem muitos, e às vezes conflitantes, significados. Eagleton (1991) discute a ambiguidade e os significados variados, oferecendo seis definições crescentemente focadas e identificando seis características ou estratégias da ideologia. Os arqueólogos históricos descobrirão que distinguir entre esses níveis de especificidade e estratégias é útil, mas têm que se reconhecer que as distinções em determinadas situações podem não ser tão claras e que a ideologia pode permanecer ambígua. Frequentemente, muitos tipos de ideologia operam simultaneamente. As estratégias dos diversos atores sociais não são necessariamente mutuamente exclusivas ou claramente definidas pelos próprios atores, muito menos pelos pesquisadores observando uma situação dinâmica de outro contexto cultural.

Ao arriscar uma simplificação excessiva, apenas a essência dessas definições de ideologia se segue, da mais ampla a mais restrita:

- as ideias, crenças e valores produzidos por processos materiais (ênfatisando a produção social de pensamento);

- os ideais e crenças (falsos ou verdadeiros) de um grupo ou uma classe específica e socialmente significante;

- a promoção ou legitimação dos interesses de tal grupo;

- a promoção dos interesses do grupo dominante;

- a legitimação dos interesses do grupo dominante através da distorção e dissimulação;

as crenças enganosas que surgem não dos interesses do grupo dominante, mas da estrutura material da sociedade, como o fetichismo das mercadorias.

Assim, ideologias nem são necessariamente falsas, nem características apenas das classes no poder. Dependendo do seu foco, as ideologias podem levar a seis tipos de estratégias. Essas são a unificadora e homogeneizadora; a orientada à ação, ex., à prática; a racionalizadora; a legitimadora; a universalizante; e a naturalizadora. As últimas duas fazem parte de um impulso de-historizante que procura apagar o contexto social e remover qualquer base humana para crítica.

As definições cuidadosamente argumentadas por Eagleton ajudam para distinguir entre os diversos usos de 'ideologia' na arqueologia histórica, particularmente na distinção entre ideologia como "consciência falsa", a definição atribuída ao Marxismo "padrão", e ideologia como a totalidade da consciência social, uma definição que equaciona a ideologia com cultura (vide McGuire, 1988, 1991). A última definição é frequentemente ampla demais para permitir análises úteis da ideologia por si. Apesar do conceito de ideologia como consciência falsa ter perdido força (Abercrombie e ali, 1980; Eagleton, 1991:10), tem sido empregado com sucesso na arqueologia histórica, particularmente para estimular uma discussão contínua sobre a interação entre grupos sociais e entre ideologia e cultura material. Por exemplo, Leone (1984) emprega essa ideia na sua análise de uma ideologia naturalizadora através da cultura material de jardins em Annapolis, Maryland no século XVIII. Hodder (1986:63-70) tem criticado o uso da tese da ideologia dominante de Althusser (1971) empregada por Leone e essa crítica tem sido repetida por outros (Beaudry et ali, 1991; Hall, 1992; Johnson, 1989). Mesmo assim, a alternativa proferida baseada na crítica de Abercrombie e de seus co-autores (1980) – que os subordinados são constantemente cientes dos esforços de ofuscação ideológica pelo classe dominante e apenas as elites são enganadas pelas suas próprias estratégias de legitimação – parece ser uma alternativa hiperssimplificada. As definições estratificadas de Eagleton explicam que ideologias podem ser verdadeiras ou falsas ou, mais provavelmente, uma mistura das duas, e podem ser mantidas por grupos de poder estrutural variável. Wolf (1990:592-593) se inspira nas noções de Wallace (1970) de que os atores sociais não precisam entender os significados através das ações dos outros, mas sim saber como responder adequadamente. "Questões de significado não precisam nunca aflorar à consciência" (Wolf, 1990:593). Conhecimento prático e ação têm que ser contrastados contra conhecimento discursivo, que é teorizado conscientemente (Feierman, 1990:27).

Kryder-Reid (1994), por exemplo, tem o cuidado de distinguir entre as diversas "leituras" que qualquer paisagem em particular possa instigar. Há men-

sagens para muitas audiências, dominantes e dominadas: a casa principal e jardim esmerado de Charles Carroll de Carrollton em Annapolis podem não impactar aqueles que não entendem os princípios geométricos e as suas relações com as leis da natureza, mas indubitavelmente impressiona quanto ao dinheiro e poder coercivo necessário para construir e manter um lugar como aquele. Se os indivíduos são “enganados” ou não pelas justificativas dos dominantes no seu controle de poder, eles provavelmente não duvidam que alguns grupos de fato *possuem* poder.

Esse exemplo da paisagem também enfatiza uma distinção entre ideologia vulgar e não vulgar empregada na arqueologia. Ideologia vulgar consiste no conhecimento subjetivo e na explanação que serve a alguma classe social (Meltzer, 1981:114, seguindo Handsman, 1977). Ideologia vulgar, que engloba a terceira, quarta e quinta das definições de Eagleton, é potencialmente óbvia e penetrável por membros de uma cultura que podem reconhecer, se não efetivamente resistir, aos “argumentos” ideológicos usados na promoção de certos interesses. Uma mensagem explícita de um jardim georgiano geométrico de que a riqueza material é uma legitimação bem como uma expressão de poder social pode ser questionada, mas não efetivamente resistida. Ideologia não-vulgar, similar à definição mais estreita de Eagleton quanto às crenças deceptivas que emergem da estrutura material de uma sociedade, é o conhecimento tomado como objetivo e além de questionamento. Ideologia não-vulgar é mais difícil penetrar, pois forma a base para verdades aceitas como tais, por exemplo, a prescrição sobrenatural e natural. O argumento similar de que “a riqueza é igual ao poder” contém mensagens implícitas, dado que os indivíduos ricos baseiam seu poder nos direitos naturais e nas leis de natureza e os expressam materialmente por meio de, por exemplo, instrumentos científicos (ex., Leone & Shackel, 1987) bem como de jardins formais (ex., Leone, 1984).

A resistência à ideologia dominante não necessita da retaliação completa da mesma, porém requer o entendimento do que esta exige e a realização ou rejeição de suas demandas. Na formação das suas próprias ideologias, os grupos subordinados incorporam, reformam, manipulam e apelam à ideologia dominante. A ideologia dominante, por sua vez, caso esteja operando de forma hegemônica, incorpora e reforma, cooptando as preocupações subordinadas nos seus próprios construtos. O movimento da reforma doméstica feminina do século 19 (ex., Spencer-Wood, 1991) fornece um exemplo desse processo dentro da ideologia de gênero.

O tema do poder é implícito na manipulação de ideologias e é oferecido cada vez mais como um foco central na investigação do capitalismo ou, de fato, de qualquer contexto onde a desigualdade é uma questão (Paynter, 1989; Paynter

& McGuire, 1991). Wolf (1990) reconhece o desconforto que o próprio termo “poder” cria e considera útil distinguir entre quatro modos de poder para trazer mais precisão ao conceito. O primeiro é poder como a capacidade, ou força, de uma pessoa; o segundo é poder como a capacidade de uma pessoa se impor sobre outra interpessoalmente; o terceiro é o poder tácito, que controla ambientes e contextos sociais; e o quarto é o poder estrutural, que aloca o trabalho social. O primeiro modo é o que Miller & Tilley (1984) e Paynter & McGuire (1991) chamam de “poder para”, enquanto os demais três são níveis crescentes de “poder sobre”. O tema do “poder” seria trivial na sua universalidade se não fosse por essa consideração explícita da sua heterogeneidade inerente. O contraste entre uma noção universal de poder e uma noção pluralista, contextualizada, de tipos variados de poder, é o que torna útil a noção. Outro sentido da heterogeneidade de poder precisa ser levado em conta. A dominação pode ser realizada através da coerção, legitimação ou de uma combinação das duas. Similarmente, a resistência pode ser evidente e violenta ou escondida nos atos do cotidiano.

Ao considerar diferentes modos de poder em contextos diferentes, se consegue também evitar a armadilha de apreciar poder de um ponto de vista puramente masculino, pois geralmente o foco normal sobre o poder constitui-se como peculiarmente masculino. Como Conkey & Gero (1991) assinalam, a tentativa de tornar a arqueologia mais sensível a questões de gênero pode requer mais atenção às relações interpessoais, analiticamente privilegiando menos o estado e o poder centralizados. A apreciação de várias escalas de poder e de várias formas de resistência e subversão é uma chave para abordar relações sociais.

A arqueologia histórica tem um potencial pouco explorado, porém largamente reconhecido, para a teorização, análise e descrição das estratégias de poder, das expressões de todos os níveis de ideologia e interações dinâmicas entre os que tentam dominar e os que tentam resistir. Na arqueologia de escravidão nos Estados Unidos, por exemplo, Epperson (1990) analisa a resistência oculta dos escravos em uma *plantation* nos estado de Virginia. Há muitos contextos históricos promissores para tais análises, incluindo a invasão europeia do Caribe no século XV, o surgimento de industrialismo no século XVIII, a expansão do Destino Manifesto do século XIX e ressurgimento indígena no século XX. Nenhum desses problemas pode ser abordado, porém, sem uma investigação completa da cultura material: os objetos que expressam relações sociais e reificam constructos e metáforas culturais.

A CULTURA MATERIAL NA NEGOCIAÇÃO DA IDEOLOGIA: UM EXEMPLO DOS CHE-ROKEE HISTÓRICO

Durante os últimos anos têm se realizado muitos estudos sobre os significados dos bens. Esses estudos provêm da museologia (ex., Craven, 1986; Lubar & Kingery, 1993), folclore (ex., St. George, 1988), história social (ex., Isaac, 1982; Schama, 1987), estudos americanos (ex., Lears, 1981; Schlereth, 1985) e história da arquitetura e da paisagem (ex., Herman, 1984; Stilgoe, 1982; Upton, 1986; Upton & Vlach, 1986), em adição à antropologia cultural (ex., Appadurai, 1986; Bourdieu, 1984; Douglas & Isherwood, 1979; Fowler, 1987; Ingersoll & Bronitsky, 1987; McCracken, 1988; McKendrick et ali, 1982; Reynolds & Stott, 1987; Scott, 1985). Há também uma grande quantidade de estudos em arqueologia (ex., Burley, 1989; Deetz, 1988b; Hodder, 1979, 1989; Little & Shackel, 1992; Neiman, 1978; Schiffer, 1991; Tilley, 1990; Wobst, 1977; Yentsch, 1991b). Estudos consistentes sobre cultura material têm aumentado significativamente no decorrer da última década.

Sem ser confinada a questões de cronologia ou função, a arqueologia histórica está começando a voltar o foco para a investigação dos significados no contexto. Contextos são definidos em diferentes escalas espaciais – global, regional, local, moradia –, como mencionado acima, e temporais – *longue durée*, tempo social, evento (ex., Little & Shackel, 1989; Paynter, 1988, Shackel, 1993a). Muitos desses estudos bebem do trabalho do Pierre Bourdieu & Mary Douglas, bem com de Anthony Giddens e Michel Foucault (vide Shackel & Little, 1992).

Um breve estudo de caso dos Cherokee do estado de Georgia no século XIX integra os significados de cultura material com a resistência e tentativa de negociação de um grupo à ideologia dominante. Parte da ideologia não-vulgar dominante desse grupo trata do franco progresso da civilização: a ideologia vulgar que é desafiada através da cultura material e imaterial é a rigidez da expressão de civilização. Todos os modos de poder proposto por Wolf entram em jogo, mas o poder tácito é de importância particular, pois dominantes e dominados lutam por cenários sociais aceitáveis. A heterogeneidade que o grupo resistente tenta forçar dentro da hegemonia do grupo dominante falha. Ao invés de incorporar um desafio efetivo e convincente à sua própria ideologia, o grupo dominante depende da força brutal para eliminar a ameaça. Esse exemplo é ofertado não como uma ilustração de pesquisa arqueológica-histórica primorosa – a arqueologia foi realizada décadas atrás e foi pobremente documentada e de difícil interpretação – mas, sim, como um caso da investigação ampla de um contexto em que uma cultura do capitalismo impactou e foi desafiado por povos “sem história.” Eu simplifiquei o desafio e a resposta. Nem o grupo dominante, nem o dominado agiram uniformemente; as suas ações e desejos não eram monolíticos. Antes, havia facções em ambos os lados envolvidas em uma dinâmica de poder e em

embates ideológicos intragrupo.

Ao considerar o contato entre Nativos Americanos e Europeus Americanos no início do século XIX, temas como civilização, ideologia e aculturação se fazem úteis. Os Cherokee consideram necessário se apresentar de uma maneira a serem compreendidos pelos brancos como “civilizados” e, simultaneamente, a manter sua identidade como Cherokee (ex., Purdue, 1979; Persico, 1979). Eles aceitaram e manipularam de forma seletiva essa ideia estrangeira de civilização, expressando através de cultura material tanto a adoção de “maneiras brancas” quanto a preservação da sua própria tradição. Sua situação era complicada pela coalescência do nacionalismo nos Estados Unidos: o cidadão modelo estava no processo de definição, e o Índio não era Ele.

A capital cherokee de New Echota, estabelecida no noroeste do estado da Georgia, é uma personificação da exibição cherokee mais explícita dessa ideologia branca de civilização e uma tentativa final, e desesperada, de preservar sua terra e nação. New Echota era em muitos sentidos o ápice do contato intercultural prolongado. Até as primeiras décadas do século XIX os Cherokee sofreram mudanças significativas. Como em outras sociedades indígenas, todos os aspectos da vida foram afetados. A economia mudou assim que os Cherokee começaram a caçar para fornecer o comércio de peles, começaram a criar gado e outros animais e intensificaram a agricultura. Casamentos interétnicos trouxeram estranhos à comunidade. Relações de gênero mudaram com a influência do patriarcalismo europeu. As regras de nomeação e de herança mudaram. A comunidade de aldeias autônomas se transformou em um “estado teocrático” e depois em uma nação. As cerimônias tradicionais foram alteradas e diminuíram. Os missionários promoveram não apenas a Cristandade, mas também o comportamento e a cultura material apropriados à sua civilização. As missões estabeleceram escolas e igrejas e ensinaram os valores do individualismo e do capitalismo, bem como estilos apropriados de roupa, cabelo, fala e maneirismos. A propriedade e a riqueza se tornaram valorizados e o igualitarismo desapareceu. A economia de *plantation*, a propriedade de pessoas escravizadas negras e o racismo foram adotados (Gearing, 1962; Mooney, 1900, 1975; Perdue, 1979; Ronda & Axtell, 1978).

Começando a partir de um tratado em 1721, as terras dos Cherokee diminuíram em passo constante. Até o final do século XVIII pouco havia restado do território original, que foi ainda mais reduzido através de cessões em 1804, 1805, 1806, 1816, 1817 e 1819. Até 1808 a pressão do governo aumentou para que os Cherokee trocassem suas terras por propriedades ao oeste do Rio Mississippi, e até 1817 alguns milhares de Cherokee tinham emigrado para o estado de Arkansas.

Os Cherokee responderam a essa pressão com manobras políticas. É difi-

cilmente uma coincidência que as primeiras regras do *Cherokee Nacional Council* tenham sido estabelecidas em 1808, e que os “*Articles of 1817*” criaram o *Grand Council*. Em 1820, o *Council* estabeleceu um governo republicano, com oito distritos elegendo representantes ao *Council*. Em 1825 planos foram feitos para a capital permanente em New Echota, que foi levantada e estabelecida no ano seguinte. O ministro presbiteriano, Worcester, mudou-se de Brainerd para a nova capital e fundou uma casa missionária.

A alfabetização cherokee também foi possível nos anos 20 do século XIX. Sequoyah submeteu seu silabário ao *Council* em 1821 e dentro de poucos anos foi estabelecido um jornal nacional publicado em New Echota em cherokee e inglês. A primeira edição do *Cherokee Phoenix* foi publicada em 28 de fevereiro de 1828. Impressa em inglês e cherokee, o jornal promoveu a alfabetização, mas também insistiu no status igual entre as duas línguas e culturas. O nome do jornal fora inspirado na mitologia ocidental, mas se refere ao renascimento do povo cherokee de um modo de vida antigo que agora era impossível de se manter.

New Echota foi criado pelos Cherokee como a capital de uma nova nação com uma constituição (em 1827) e governo republicano, alfabetização, imprensa, um jornal nacional, cristandade e uma força policial para proteger propriedade – em suma, todos os ingredientes explícitos para o que era entendido por “civilização”.

New Echota continha as evidências concretas da cultura material atestando a um povo que se apresentava como civilizado. Também continha evidências de um povo que se considerou como separado da cultura branca, sendo distintamente Cherokee [veja, por exemplo, os escritos de Elias Boudinot, editor do *Phoenix* (citado em Perdue, 1983)]. Evidências preliminares sugerem que enquanto alguns dos elementos mais externos e visíveis de cultura material, particularmente a arquitetura e o padrão de assentamento planejado (Pillsbury, 1983; Wilms, 1974), seguiram as regras dos brancos, os elementos menos visíveis, particularmente objetos utilizados em espaços domésticos ou em espaços com audiências limitadas, preservaram a cultura tradicional.

Tal divisão por si tem implicações para a adoção da dicotomia branca entre o público e o privado e para o papel de mulheres e homens em esferas separadas. Outros estudos de arqueólogos históricos sobre o contato indígena – europeu (ex., Deagan, 1983; Deetz, 1963) têm atribuído a manutenção da cultura tradicional, mantida privada dentro de moradias, às mulheres. Como Perdue (1979) menciona, os papéis das mulheres cherokee tinham mudado drasticamente no século XIX. É provável que um dos papéis novos das mulheres fosse manter de forma discreta certas práticas tradicionais, inclusive a fabricação e a decoração da cerâmica.

Escavações arqueológicas no sítio New Echota foram realizadas em 1954 (DeBaillou, 1955) e 1969 (Baker, 1970). As descrições de materiais domésticos são breves, mas provocantes, e sugerem a coexistência de cerâmicas de procedência europeia e indígena, assim como tecnologia construtiva que combinava atributos indígenas e europeus. Cerâmicas cherokee foram encontradas na totalidade de uma das escavações em associação direta com cerâmicas europeias, algumas das quais representavam conjuntos de chá de alto status (Baker, 1970:22; DeBaillou, 1955:26). Madeiras de construção produzidas para a economia anglo-americana foram empregadas de uma “maneira indígena antiga”, de acordo com DeBaillou (1955:21).

Existem algumas anotações e mapas e um breve relatório sobre as escavações extensivas do ano 1954. Dezoito “unidades” foram exploradas, cada um com pelo menos 33 metros (100 pés) de cada lado. Muitas das unidades são registradas simplesmente como tendo rendido “nada importante” ou por serem escassas. Feições como poços, porões e buracos de refugio foram escavados dentro de seis das unidades maiores. O controle estratigráfico pode ter sido praticado em campo, mas a proveniência dos artefatos foi registrada apenas em referência aos vestígios citados. Depois analisar o material disponível de 11 das 21 feições em cinco unidades, descobri que 9 feições exibiram uma mistura de materiais de origem indígena e europeia. Lascas retocadas e fragmentos de vidro retocados provavelmente serviram às mesmas funções. Parte de uma paleta de ardósia incisa e fragmentos cerâmicos similares ao Lamar [uma cerâmica indígena], a maioria sem decoração, mas alguns com estampas complexas, apareceram com fragmentos de uma xícara de chá de *pearlware* pintada à mão e com um fragmento de grés de um vasilhame de armazenamento. Um cachimbo de pedra e utensílios em estanho foram encontrados juntos em um buraco de refugio².

A cultura material foi usada para adotar e rejeitar os objetos dos brancos e seus usos. A invenção pelos Cherokee de um alfabeto exemplifica essa função dual. Um alfabeto foi adotado, mas não era o correto, ou seja, a língua inglesa civilizada. A invenção de letras por Sequoyah para a língua cherokee tem sido considerada como progressiva e como uma indicação de inteligência (ex., McGinty, 1955; Self, 1955), mas foi mais que um exemplo de “alcançar” à civilização. Foi uma adoção e adaptação de uma parte da civilização branca aos termos cherokee.

2 Uma avaliação quantificada completa necessita aguardar a reconstrução ampla das pesquisas arqueológicas realizadas no New Echota. Eu examinei artefatos que tenham sido acondicionados no New Echota State Park e removidos ao Office of the State Archaeologist no West Georgia College no verão de 1992. Apesar de haver referências ao um relatório final das escavações coordenadas por Baker, não foi possível o localizar. Limitei as minhas observações aos estudos anteriores para quais foi possível correlacionar artefatos com proveniência.

As contra ações e adaptações por povos nativos às demandas contínuas de uma cultura invasora e dominante permitem perceber a perspectiva ideológica dos não dominantes quanto à questão da aculturação. Etnocídio e etnogênese são de interesse central para ambos a cultura dominante e os que resistem. Os Cherokee resistiram à destruição total da sua cultura e à criação de uma cultura que seria definida apenas pelos missionários, agentes do governo e outros brancos. Em vez disso, a etnogênese dos próprios Cherokee foi de uma identidade cherokee alterada.

O caso da New Echota fornece um exemplo dos usos e significados alternativos de cultura material, incluindo, mas não se limitando, ao uso de artefatos simbólicos na negociação de direitos políticos ou sociais. Depois da guerra da revolução americana, os Cherokee foram instigados a inventar métodos pacíficos de negociação em uma situação desesperada e em face ao racismo. Um método promoveu a adoção dos símbolos e estruturas da civilização branca. Outros tipos de cultura material foram empregados para manter e recriar uma versão cherokee de civilização.

Uma grande quantidade de estudos acadêmicos da história e antropologia tem sido publicada sobre os Cherokee históricos (ex., Gearing, 1962; King, 1979; McLoughlin, 1984, 1986; Mooney, 1900, 1975; Perdue, 1979, 1983, 1989). Há, entretanto, pouca atenção específica à New Echota como lugar importante na estratégia cherokee para sobrevivência. Mas é um lugar essencial, especialmente para compreensão das estratégias de uma cultura que tradicionalmente colocou grande ênfase nos lugares da paisagem.

Como New Echota foi ocupada apenas brevemente pelos Cherokee (1826 – 1838), o sítio fornece um ambiente material focado em um período de grande importância política e social na sua história. A cultura material dessa capital personifica uma tentativa da criação de uma civilização sincrética, Cherokee e Branca.

SUMÁRIO

Conflitos nas relações entre Americanos de descendência indígena, africana, europeia e asiática se iniciaram com os primeiros contatos e continuaram ao longo dos séculos XVIII e XIX e além. As penetrantes promessas do capitalismo estavam sendo realizadas: em troca da participação no mercado, a assimilação cultural e a conformidade, ter-se-ia liberdade individual e um lugar na nova república. Mas racismo, nacionalismo e etnocentrismo foram empregados para negar essa promessa aos grupos indígenas, bem como aos negros e mulheres. O Índio Americano era um tipo especial de “outro” no Novo Mundo, mas não havia espaço na ideologia dominante para outra versão da promessa; não havia lugar para

o que podia ser percebido como uma imitação ou reflexão distorcida do “nós”. Como a conformidade cultural não podia ser completa, o destino manifesto do capitalismo não podia tolerar o desafio. Apesar de uma decisão da Corte Suprema dos Estados Unidos favorável aos Cherokee manterem o título e a posse das suas terras, o presidente Andrew Jackson ordenou a sua revogação. Praticamente todos os Cherokee foram removidos à força para reservas no estado de Oklahoma no “Caminho de Lágrimas” de 1838 a 1839. Suas terras foram distribuídas por sorteio a brancos georgianos. Para a maioria dos Cherokee, a etnogênese tinha que continuar em terras estrangeiras.

O uso da aculturação levando à assimilação como um processo explanatório para medir influência cultural induz a uma interpretação dos Cherokee como Nativos Americanos tentando ser “brancos” e “civilizados”, mas não conseguindo chegar até o objetivo – perdendo a questão devido à retenção de elementos de sobrevivências do passado indígena pré-histórico. Ao invés disso, uma abordagem que incorpora ideologia, hegemonia e negociação pode revelar e criar interpretações mais satisfatórias que admitem a agência humana enquanto indivíduos e grupos competem e tentam “trabalhar o sistema para minimizar sua desvantagem” (Scott, 1985:xv).

Sider (1976) destaca que há geralmente duas visões quanto às opções disponíveis aos povos indígenas em face aos poderes colonizadores. Uma é estagnação, onde a cultura é preservada estaticamente e o povo empobrecido. A outra é o progresso ou o desenvolvimento econômico, com as suas pressões consequentes para assimilação completa. A ausência da etnogênese entre essas opções, Sider escreve, é uma falha do capitalismo. Eu sugiro, porém, que a falha em reconhecer etnogênese como opção e processo seja um resultado direto da falta de considerar a dinâmica dos contextos do capitalismo nas nossas análises.

PERSPECTIVA

Deagan (1982:170) reconhece uma pergunta sobre se a arqueologia histórica deveria ou não se preocupar com o “clima intelectual” que existia quando foram criados os sítios arqueológicos. Essa questão ainda se coloca, mas agora deveria haver pouco debate sobre se o clima intelectual na forma de relações sociais e políticas, ideologia e visão do mundo – em suma, a totalidade de cultura ao invés de artefatos descontextualizados – é de fato o foco apropriado da arqueologia histórica. Atenção crescente será dada aos contextos complexos iluminados pela arqueologia histórica enquanto a antropologia cultural continua a reconhecer a necessidade não apenas do contexto histórico (ex., Dening, 1988; Sahlins, 1981, 1985; Wolf, 1982), mas também da cultura material (ex., Fowler, 1987;

Reynolds & Stott, 1987).

A arqueologia histórica já era praticada há muito tempo nos Estados Unidos até o momento da sua descoberta pela Nova Arqueologia, que insistiu na sua incorporação dentro da arqueologia antropológica. Desde os anos 60, e particularmente desde 1967, quando a *Society for Historical Archaeology* foi formada, a disciplina tem crescido. Apesar da sua incorporação na arqueologia antropológica, a sua aceitação na mesma tem sido defasada. Frequentemente o primo pobre e serva da pré-história, que por si própria sofre de um status reduzido pela disciplina mãe, a arqueologia histórica tem sido repetitivamente relegada ao papel de fornecer de contos, ilustrações e laboratórios controlados para métodos a serem refinados para uso nos dados “reais” dos sítios pré-históricos. Apesar do otimismo de Deagan (1982: 154) de que a ambivalência para a legitimidade da arqueologia histórica tivesse sido resolvida, ainda se encontra a atitude de que a arqueologia histórica atua numa liga amadora, onde apenas a simples confirmação dos “fatos” históricos é o objetivo principal.

Em 1982 Deagan (1982:172) podia sensatamente escrever que “avanços contemporâneos sugerem que uma disciplina distinta está de fato emergindo.” Certamente existe uma disciplina de arqueologia histórica; esta tem emergido como antropologia histórica material. A crise da disciplina que fervia nos anos 60, sobre se a história ou antropologia seria a disciplina mãe apropriada, acabou. “Nas suas abordagens sobre o passado, há frequentemente pouca diferença hoje entre os estudos em arqueologia histórica, antropologia cultural e história social” (Deagan, 1988:7). Existem muitas questões que importam; há métodos sendo refinados e desenvolvidos para abordá-las e há um sentimento forte do contexto contemporâneo da arqueologia e a responsabilidade que tal reconhecimento exige. Dadas as realizações e a produtividade da disciplina, porque ainda há uma crise na arqueologia histórica? A crise atual é uma de arranjo profissional. A arqueologia histórica é interdisciplinar; ela ainda é uma intrusa. Sua própria gênese disciplinar como um empreendimento social e histórico, uma busca útil para, mas não vedora à busca do método por pré-historiadores, está dolorosamente em curso.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas leram, comentaram e melhoraram esse artigo através do seu encorajamento e crítica. Agradeço a Mike Schiffer pelo convite de contribuir para essa série e pelos seus comentários úteis. Gostaria também de agradecer a Chuck Orser e muitos revisores anônimos pelas suas ideias e entusiasmo. Sou grata a Kathy Deagan, Eric Larsen, Mark Leone, Mike Lucas, Terry Majewski, Bob Schuyler, Paul Shackel, Suzanne Spencer-Wood, Bruce Trigger e Kirsti Uunila por

terem tido tempo para ler o manuscrito e oferecer opiniões. Agradeço a George Stuart por ter me direcionado inicialmente ao material de New Echota e a Lewis Larson por gentilmente ter coletado os artefatos e me proporcionado um lugar para examiná-los no West Georgia College. Devo um agradecimento especial para Tom Patterson que me indicou uma literatura que teria passado despercebida e cuja leitura cuidadosa e comentários têm expandido meu próprio pensamento. Não posso culpar nenhum desses indivíduos por qualquer falha no presente texto, e lhes agradeço por ter auxiliado no seu melhoramento.

REFERÊNCIAS CITADAS

- ABERCROMBIE, N., HILL, S., & TURNER, B. S. 1980. *The Dominant Ideology Thesis*. George Allen & Unwin, London.
- ALTHUSSER, L. 1971. *Lenin and Philosophy*. Monthly Review Press, New York.
- APPADURAI, A. 1986. *The Social Life of Things, Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge University Press, Cambridge.
- BAKER, S. G. 1970. *New Echota Archaeology 1969, a Progress Report*. Submitted to Georgia Historical Commission.
- BARNETT, S., & SILVERMAN, M. G. 1979. *Ideology and Everyday Life, Anthropology, Neomaxist Thought and the Problem of Ideology and the Social Whole*. University of Michigan Press, Ann Arbor.
- BEAUDRY, M. C. 1984. *Archaeology and the historic household*. *Man in the Northeast* 28:27-38.
- BEAUDRY, M. C. (ed.). 1988. *Documentary Archaeology in the New World*. Cambridge University Press, Cambridge.
- BEAUDRY, M. C. 1989. The Lowell Boott Mills Complex and its housing: Material expressions of corporate ideology. *Historical Archaeology* vol. 23, n° 1: 19-33.
- BEAUDRY, M. C., & MROZOWSKI, S. 1988. The archaeology of work and home life in Lowell, Massachusetts: An interdisciplinary study of the Boott Cotton Mills Corporation. *Industrial Archaeology* vol. 19, n° 2: 1-22.
- BEAUDRY, M. C., & MROZOWSKI, S. 1989. *Interdisciplinary Investigations of the Boott Mills Lowell, Massachusetts. Vol. III. The Boarding House System as a Way of Life*. Cultural Resources Management Series 21, National Park Service, North Atlantic Regional Office, Boston.
- BEAUDRY, M., COOK, L. J., & MROZOWSKI, S. A. 1991. Artifacts and active voices: Material culture as social discourse. In MCGUIRE, R. H., & PAYNTER, R. (eds.), *The Archaeology of Inequality*. Basil Blackwell, Oxford, pp.150-191.
- BINFORD, L. R. 1977. Introduction. In Binford, L. R. (ed.), *For Theory Building in Archaeology*. Academic Press, New York.
- BINFORD, L. R. 1981. *Bones: Ancient Men and Modern Myths*. Academic Press, New York.
- BLAKELY, R. L. (ed.). 1988. *The King Site: Continuity and Contact in Sixteenth-Century Georgia*. University of Georgia Press, Athens.

- BLAKEY, M. L. 1983. Socio-political bias and ideological production in historical archaeology. In Gero, J. M., Lacy, D. M., & Blakey, M. L. (eds.), *The Socio-Politics of Archaeology*, Research Reports N° 23, Department of Anthropology, University of Massachusetts, Amherst, pp. 5-16.
- Boone, J. L., Myers, J. E., & Redman, C. L. 1990. Archeological and historical approaches to complex societies. *American Anthropologist* vol. 92: 630-646.
- BOURDIEU, P. 1984. *Distinctions, a Social Critique of the Judgment of Taste* (NICE, R., trans.), Harvard University Press, Cambridge, MA.
- BRUMFIELD, E. M. 1992. Distinguished lecture in archeology: Breaking and entering the ecosystem- gender, class, and faction steal the show. *American Anthropologist* vol. 94: 551-567.
- BURLEY, D. V. 1989. Function, meaning and context: Ambiguities in ceramic use by the Hivernant Metis of the northwest plains. *Historical Archaeology* vol. 23, n° 1: 97-106.
- CLELAND, C. E. 1988. Questions of substance, questions that count. *Historical Archaeology* vol. 22, n° 1: 13-17.
- CONKEY, M. W., & GERO, J. M.. 1991. Tensions, pluralities, and engendering archaeology: An introduction to women and prehistory. In GERO, J., & CONKEY, M. W. (eds.), *Engendering Archaeology, Women and Prehistory*. Blackwell, pp. 3-30, Oxford.
- COSTELLO, J. G., & MANIERY, M. L. 1988. *Rice Bowls in the Delta: Artifacts Recovered from the 1915 Asian Community of Walnut Grove*. California, Occasional Paper 16, UCLA Institute of Archaeology, Los Angeles.
- COTTER, J. . (ed.). 1984. *The Scope of Historical Archaeology*, Temple University Press, Philadelphia.
- COTTER, J. L., ROBERTS, D. G., & PARRINGTON, M. 1992. *The Buried Past, an Archaeological History of Philadelphia*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia.
- CRAVEN, W. 1986. *Colonial American Portraiture*. Cambridge University Press, Cambridge.
- DEBAILLOU, C. 1955. *Excavations at New Echota in 1954*. Early Georgia 1: 18-29.
- DEAGAN, K. 1982. Avenues of inquiry in historical archaeology. In SCHIFFER, M. B. (ed.), *Advances in Archaeological Method and Theory*, Vol. 5, Academic Press, pp. 151-177. New York..

- DEAGAN, K. 1983. *Spanish St. Augustine, The Archaeology of a Colonial Creole Community*. Academic Press, New York.
- DEAGAN, K. 1988. Neither history nor prehistory: The questions that count in historical archaeology. *Historical Archaeology* 22(1): 7-12.
- DEETZ, J. 1963. *Archaeological Investigations at La Purisima Mission*. UCLA Archaeological Survey Annual Report 1962-1963, pp. 163-208.
- DEETZ, J. 1977. *In Small Things Forgotten: The Archaeology of Early American Life*. Anchor Press/Doubleday, Garden City, NY.
- DEETZ, J. 1983. Scientific humanism and humanistic science: A plea for paradigmatic pluralism in historical archaeology. *Geoscience and Man* vol. 23: 27-34.
- DEETZ, J. 1988a. History and archaeological theory: Walter Taylor revisited. *American Antiquity* vol. 53: 13-22.
- DEETZ, J. 1988b. American historical archaeology: Method and results. *Science* vol. 239: 362-367.
- DENING, G. 1988. *History's Anthropology. the Death of William Gooch*, Special Publication of the Association for Social Anthropology in Oceania n°. 2, University Press of America, Lanham, MD.
- DIAMOND, S. 1974. *In Search of the Primitive, a Critique of Civilization*. Transaction Books, New Brunswick, NJ.
- DICKENS, R. (ed.). 1982. *Archaeology of Urban America: The Search for Pattern and Process*, Academic Press, New York.
- DOBYNS, H. 1983. *Their Number Become Thinned: Native American Population Dynamics in Eastern North America*, University of Tennessee Press, Knoxville.
- DOUGLAS, M., & ISHERWOOD, B. 1979. *The World of Goods*. Basic Books, New York.
- DYSON, S. L. (ed.). 1985. *Comparative Studies in the Archaeology of Colonialism*, BAR International Series 233, Oxford.
- EAGLETON, T. 1991. *Ideology, an Introduction*, Verso, New York.
- EARLE, T., & PREUCEL, R. 1987. Processual Archaeology and the Radical Critique. *Current Anthropology* vol. 28: 501-527.
- EISENSTEIN, E. 1983. *The Printing Revolution in Early Modern Europe*, Cambridge University Press, Cambridge.

- EPPERSON, T. W. 1990. Race and discipline of the plantation. In ORSER, C. E. (ed.), *Historical Archaeology on Southern Plantations and Farms*, *Historical Archaeology*, vol. 24, n.º. 4, pp. 29-36.
- EWEN, C. R. 1991. *From Spaniard to Creole*, the Archaeology of Cultural Formation at Puerto Real, Haiti, University of Alabama Press. Tuscaloosa.
- FALK, L. (ed.) 1991. *Historical Archaeology in Global Perspective*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- FARNSWORTH, P. (1989). Native American acculturation in the Spanish Colonial Empire: The Franciscan missions of Alta California. In CHAMPION, T. C. (ed.), *Centre and Periphery*, Comparative Studies in Archaeology, Unwin Hyman, London.
- FARNSWORTH, P., & WILLIAMS, J. S. (eds.) 1992. The archaeology of the Spanish Colonial and Mexican Republican periods. *Historical Archaeology* vol. 26, n.º. 1.
- FAULKNER, A., & FAULKNER, G. (1987). *The French at Pentagoet 1625-1674: An Archaeological Portrait of the Acadian Frontier*, Maine Historic Preservation Commission, Augusta; New Brunswick Museum, St. Johns.
- FEIERMAN, S. 1990. *Peasant Intellectuals, Anthropology and History in Tanzania*. University of Wisconsin Press, Madison.
- FELTON, L., & SCHULZ, P. 1983. *The Diaz Collection: Material Culture and Social Change in Mid-Nineteenth-Century Monterey*, California Archaeological Reports No. 23, State of California Department of Parks and Recreation, Cultural Resource Unit, Sacramento.
- FERGUSON, L. G. 1992. *Uncommon Ground: Archaeology and Colonial African-America*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- FITZHUGH, W. W. (ed.). 1985. *Cultures in Contact: The Impact of European Contacts on Native American Cultural Institutions. A.D. 1000-1800*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- FITZHUGH, W. W., & OLIN, J. S. (eds.) (1993). *Archaeology of the Frobisher Voyages*, Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- FOWLER, L. 1987. *Shared Symbols, Contested Meanings, Gros Ventre Culture and History, 1778-1984*, Cornell University Press, Ithaca, NY.
- GATHERCOLE, P. 1984. A consideration of ideology. In SPRIGGS, M. (ed.), *Marxist Perspectives in Archaeology*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 149-154.

- GEARING, F. 1962. *Priests and Warriors: Social Structures for Cherokee Politics in the 18th Century*, Memoir No. 93, American Anthropological Association, Menasha, WI.
- GEIER, C., & WINTER, S. (eds.). 1994. *Look to the Earth: The Archaeology of the Civil War*. University of Tennessee Press, Knoxville (in press).
- GEISMAR, J. H. 1982. *The Archaeology of Social Disintegration in Skunk Hollow*. Academic Press, New York.
- GIBBON, G. 1989. *Explanation in Archaeology*. Basil Blackwell, Oxford.
- GLASSIE, H. 1975. Folk Housing in Middle Virginia, University of Tennessee Press, Knoxville. In GOULD, R. A., & SCHIFFER, M. B. (eds.) 1981. *Modern Material Culture: The Archaeology of Us*, Academic Press, New York.
- GREENWOOD, J. 1985. *The Industrial Archaeology and Industrial History of Northern England, a Bibliography*, Open University, Cranfield.
- GUMS, B. L. 1988. *Archaeology at French Colonial Cahokia*, *Studies in Illinois Archaeology* No. 3, Illinois Historic Preservation Agency, Springfield.
- HALL, M. 1992. Small things and the mobile, conflictual fusion of power, fear, and desire. In YENTSCH, A. E., & BEAUDRY, M. C. (eds.), *Art and Mystery of Historical Archaeology: Essays in Honor of James Deetz*, CRC Press, Boca Raton, FL, pp. 373-399.
- HANDSMAN, R. G. 1977. *The Bushkill Complex as an Anomaly: Unmasking the Ideology of American Archaeology*, Ph.D. Dissertation, Department of Anthropology, American University, Washington, DC, University Microfilms, Ann Arbor, MI.
- HANDSMAN, R. G. 1983. Historical archaeology and capitalism, subscriptions and separations: The production of individualism. *North American Archaeologist* vol. 4, n° 1: 63-79.
- HANTMAN, J. 1990. Between Powhatan and Quirank: Reconstructing Monacan culture and history in the context of Jamestown. *American Anthropologist* 92: 676-690.
- HARDESTY, D. L. 1985. Evolution on the industrial frontier. In GREEN, S. W., & PERLMAN, S. M. (eds.), *The Archaeology of Frontiers and Boundaries*. Academic Press, Orlando/FL. pp. 213-230.
- HARDESTY, D. L. 1988. The Archaeology of Mining and Miners: A View from the Silver State. *Special Publication* No. 6, Society for Historical Archaeology, California/;Pennsylvania.
- HERMAN, B. L. 1984. Multiple materials, multiple meanings: The fortunes of Thomas Mendenhall. *Winterthur Portfolio*, vol. 19, n°1: 67-86.

- HODDER, I. 1979. Economic and social stress and material culture patterning. *American Antiquity*, Vol. 44: 446-454.
- HODDER, I. (ed.) 1982a. *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge.
- HODDER, I. 1982b. *Symbols in Action*. Cambridge University Press, Cambridge.
- HODDER, I. 1985. Postprocessual archaeology. In SCHIFFER, M. B. (ed.). *Advances in Archaeological Methods and Theory*, Vol. 8: 1-26. Academic Press, New York.
- HODDER, I. 1986. *Reading the Past*, Cambridge University Press, Cambridge.
- HODDER, I. (ed.) 1989. *The Meaning of Things, Material Culture and Symbolic Expressions*. Unwin Hyman, London.
- HODDER, I. 1991. Interpretive archaeology and its role. *American Antiquity* 56: 7-18.
- HONERKAMP, N. 1988. Preface. Questions that count in historical archaeology. *Historical Archaeology*, vol. 22, nº1: 5-6.
- HOOVER, R. L., & COSTELLO, J. G. (eds.). 1985. *Excavations at Mission San Antonio, 1976-1978*. UCLA Institute of Archaeology No. 26, Los Angeles.
- HOWSON, J. E. 1990. Social relations and material culture: A critique of the archaeology of plantation slavery. In ORSER, C. E., Jr. (ed.). *Historical Archaeology on Southern Plantations and Farms*, *Historical Archaeology*, Vol. 24, No. 4: 78-91.
- HUDSON, K. 1979. *World Industrial Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge.
- INGERSOLL, D. W., Jr., & BRONITSKY, G. (eds.) 1987. *Minor and Metaphor: Material and Social Constructions of Reality*, University Press of America, Lanham, MD.
- ISAAC, R. 1982. *The Transformation of Virginia 1740-1790*. University of North Carolina Press, Chapel Hill.
- JOHNSON, M. H. 1989. Conceptions of agency in archaeological interpretation. *Journal of Anthropological Archaeology* Vol. 8: 189-211.
- KEEGAN, W. F. 1992. *The People Who Discovered Columbus*, University Press of Florida, Gainesville.
- KELSO, W. M. 1984. *Kingsmill Plantations 1619-1800: Archaeology of Country Life in Colonial Virginia*. Academic Press, New York.

- KELSO, W., & MOST, R. (eds.) 1990. *Earth Patterns: Essays in Landscape Archaeology*. University Press of Virginia, Charlottesville.
- KING, D. (ed.) 1979. *The Cherokee Indian Nation*. University of Tennessee Press, Knoxville.
- KRYDER-REID, E. (1994). "As the Gardener, so is the garden": The archaeology of landscape as myth. In SHACKEL, P. A., & LITTLE, B. J. (eds.), *The Historical Archaeology of the Chesapeake*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- LEARS, T. J. J. 1981. *No Place of Grace*. Antimodernism and the Transformation of American Culture 1880-1920. Pantheon Books, New York.
- LEARY, T. E. 1979. Industrial archaeology and industrial ecology. *Radical History Review* Vol. 21: 171-182.
- LEONE, M. P. 1977. Foreword. In SOUTH, S. ed. *Research Strategies in Historical Archaeology*. Academic Press, New York. Pp. xvii-xxi.
- LEONE, M. P. 1982. Some opinions about recovering mind. *American Antiquity* Vol. 47: 742-760.
- LEONE, M. P. 1984. Interpreting ideology in historical archaeology: Using the rules of perspective in the William Paca Garden in Annapolis, Maryland. In MILLER, D., & TILLEY, C. (eds.). *Ideology, Power, and Prehistory*. Cambridge University Press, London. pp. 25-36.
- LEONE, M. P. 1988. The relationship between archaeological data and the documentary record: 18th-century gardens in Annapolis, Maryland. *Historical Archaeology* Vol. 22, n°1: 29-35.
- LEONE, M. P. & POTTER, P. B., Jr. (eds.) 1988a. *The Recovery of Meaning in Historical Archaeology in the Eastern United States*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- LEONE, M. P. & POTTER, P. B., Jr. 1988b. Introduction: Issues in historical archaeology. In LEONE, M. P. & POTTER, P. B., Jr. (eds.). *The Recovery of Meaning in Historical Archaeology in the Eastern United States*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC. pp. 1-22.
- LEONE, M. P. & SHACKEL, P. A. 1987. Forks, clocks, and power. In INGERSOLL, D. (ed.), *Mirror and Metaphor: Material and Social Constructions of Reality*. University Press of America, Lanham, MD. pp. 45-62.
- LEONE, M. P., POTTER, P. B., Jr. & SHACKEL, P. A. 1987. Toward a critical archaeology. *Current Anthropology*, Vol. 28: 283-302.

- LEONE, M. P., LITTLE, B. J., WARNER, M. S., POTTER, P. B., Jr., SHACKEL, P. A., LOGAN, G. C., MULLINS, P. R., and ERNSTEIN, J. A. 1999. The constituencies for an archaeology of African Americans in Annapolis, Maryland. In SINGLETON, T. (ed.), *"I Too Am America"? Studies in African American Archaeology*, University Press of Virginia, Charlottesville.
- LEWIS, K. 1984. *The American Frontier: An Archaeological Study of Settlement Pattern and Process*, Academic Press, New York.
- LITTLE, B. J. 1988. Craft and culture change in the eighteenth-century Chesapeake. In LEONE, M. P., & POTTER, P. B., Jr. (eds.), *The Recovery of Meaning*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC. pp. 263-292.
- LITTLE, B. 1992a. Text-Aided Archaeology. In LITTLE, B. J. (ed.), *Text-Aided Archaeology*. CRC Press, Boca Raton, FL. pp. 1-6.
- LITTLE, B. J. (ed.) 1992b. *Text-Aided Archaeology*, CRC Press, Boca Raton, FL.
- LITTLE, B. J., & SHACKEL, P. A. 1989. Scales of historical anthropology: An archaeology of colonial Anglo-America. *Antiquity* vol. 63: 495-509.
- LITTLE, B. J., & SHACKEL, P. A. (eds.) 1992. Meanings and uses of material culture. *Historical Archaeology*, vol. 26, n° 3.
- LUBAR, S., & KINGERY, W. D. (eds.) 1993. *History from Things, Essays on Material Culture*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- MCCRACKEN, G. 1988. *Culture and Consumption*. New Approaches to the Symbolic Character of Consumer Goods and Activities. Indiana University Press, Bloomington.
- MCDANIEL, J. M. & RUSS, K. C. (eds.) 1984. *Historical Archaeology West of the Blue Ridge: A Regional Example from Rockbridge County*. The James G. Leyburn Papers in Anthropology, Vol. 1. Liberty Hall Press, Washington and Lee University, Lexington, VA.
- MCDONALD, J. D., ZIMMERMAN, L. J., MCDONALD, A. L., TALL BULL, W., & RISING SUN, T. 1991. The northern Cheyenne outbreak of 1879: Using oral history and archaeology as tools of resistance. In MCGUIRE, R. H. & PAYNTER, R. (eds.). *The Archaeology of Inequality*. Basil Blackwell, Oxford. pp. 64-78.
- MCGHEE, R. 1984. Contact between native North Americans and the medieval Norse: A review of the Evidence. *American Antiquity* Vol. 49: 4-26.
- MCGINTY, J. R. 1955. Symbols of a civilization that perished in its infancy. *Early Georgia* Vol., 1, n° 4: 14-17.

- MCGUIRE, R. H. 1982. The study of ethnicity in historical archaeology. *Journal of Anthropological Archaeology*, Vol. 1: 159-178.
- MCGUIRE, R. H. 1988. Dialogues with the dead: Ideology and the cemetery. In LEONE, M. P. & POTTER, P. B., Jr. (eds.). *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC. pp. 435-480.
- MCGUIRE, R. H. 1991. Building power in the cultural landscape of Broome County, New York, 1880 to 1940. In MCGUIRE, R. H. & PAYNTER, R. (eds.), *The Archaeology of Inequality*. Basil Blackwell, Oxford. pp. 102-124.
- MCGUIRE, R. H. & PAYNTER, R. (eds.) 1991. *The Archaeology of Inequality*, Basil Blackwell, Oxford.
- MCKEE, L., HOOD, V. P., & MACPHERSON, S. 1992. Reinterpreting the construction history of the service area of the Hermitage Mansion. In LITTLE, B. J. (ed.), *Text-Aided Archaeology*. CRC Press, Boca Raton, FL. pp. 163-180.
- MCKENDRICK, N., BREWER, J., & PLUMB, J. H. 1982. *The Birth of a Consumer Society: The Commercialization of the Eighteenth Century*, Indiana University Press, Bloomington.
- MCLOUGHLIN, W. G. 1984. *Cherokees and Missionaries 1789-1839*. Yale University Press, New Haven.
- MCLOUGHLIN, W. G. 1986. *Cherokee Renaissance in the New Republic*. Princeton University Press, Princeton. NJ.
- MELTZER, D. J. 1981. Ideology and material culture. In GOULD, R. A. & SCHIFFER, M. B. (eds.), *Modern Material Culture, the Archaeology of Us*. Academic Press, New York. pp. 113-125.
- MILLER, D. & TILLEY, C. 1984. Ideology, power, and prehistory: An introduction. In MILLER, D., & TILLEY, C. (eds.). *Ideology, Power, and Prehistory*. Cambridge University Press, Cambridge. pp. 1-15.
- MILLER, G. 1980. Classification and economic scaling of 19th-century ceramics. *Historical Archaeology*, Vol. 14: 1-41.
- MILLER, G. 1991. A revised set of CC index values for classification and economic scaling of English ceramics from 1787 to 1880. *Historical Archaeology* Vol. 25, n°1: 1-25.
- MILLER, H. 1986. *Discovering Maryland's First City: A Summary Report on the 1981-1984 Archaeological Investigations in St. Mary's City Maryland*. St. Mary's City Archaeology

Series No. 2. St. Mary's City, MD.

- MOONEY, J. 1900. Myths of the Cherokee. *Bureau of American Ethnography, 19th Annual Report, 1897-1898*, Washington, DC.
- MOONEY, J. 1975. *Historical Sketch of the Cherokee*. Aldine, Chicago.
- MROZOWSKI, S. L. 1988. Historical archaeology as anthropology. *Historical Archaeology* Vol. 22, n°1: 18-24.
- NEIMAN, F. D. 1978. Domestic architecture at the Clifts Plantation: The social context of early Virginia building. *Northern Neck of Virginia Historical Magazine*, Vol. 28: 3096-3128. Reprinted in UPTON, D., & VLACH, J. M. (eds.) 1986. *Common Places: Readings in American Vernacular Architecture*. University of Georgia Press, Athens. pp. 292-314
- NEUMAN, R. W. (ed.) 1983. Historical archaeology of the eastern United States: Papers from the R. J. Russell Symposium. *Geoscience and Man* Vol. 26.
- NOEL HUME, I. 1983. *Martin's Hundred*. Alfred A. Knopf, New York.
- NOEL HUME, I. 1964. Archaeology: Handmaiden to history. *The North Carolina Historical Review*. Vol. 41, n°2: 215-225.
- ORSER, C. 1988a. *The Material Basis of the Postbellum Tenant Plantation: Historical Archaeology in the South Carolina Piedmont*. University of Georgia Press, Athens.
- ORSER, C. 1988. Toward a theory of power for historical archaeology: Plantation and space. In LEONE, M. P. & POTTER, P. B., Jr. (eds.). *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC. pp. 313-343
- ORSER, C. 1989. On plantations and patterns. *Historical Archaeology*, Vol. 23, n° 2: 28-40.
- ORSER, C. 1990a. Archaeological approaches to New World plantation slavery. In SCHIFFER, M. D. (ed.). *Archaeological Method and Theory*, Vol. 2:111-154. University of Arizona Press, Tucson.
- ORSER, C. (ed.) 1990b. Historical archaeology on southern plantations and farms. *Historical Archaeology*, Vol. 24, n°. 4.
- OTTO, J. S. 1984. *Cannon's Point plantation 1794-1860: Living conditions and status patterns in the Old South*. Academic Press, Orlando, FL.

- PASTRON, A. G. & HATTORI, E. M. (eds.) 1990. *The Hoff Store Site and Gold Rush Merchandise from San Francisco, California*, Special Publication No. 7. Society for Historical Archaeology, California, Pennsylvania. Press, Bloomington.
- PATTERSON, T. C. 1999a. History and the post-processual archaeologies. *Man*, Vol. 24: 555-566.
- PATTERSON, T. C. 1990b. Some theoretical tensions within and between the processual and postprocessual archaeologies. *Journal of Anthropological Archaeology*, Vol. 9: 189-200
- PAYNTER, R. 1982. *Model of Spatial Inequality: Settlement Patterns in Historical Archaeology*, Academic Press, New York.
- PAYNTER, R. 1985. Surplus Flow between Frontiers and Homelands. In GREEN, S. W. & PERLMAN, S. M. (eds.). *The Archaeology of Frontiers and Boundaries*. Academic Press, Orlando, FL. pp. 163-211.
- PAYNTER, R. 1988. Steps to an archaeology of capitalism. In LEONE, M. P. & POTTER, P. B., Jr. (eds.). *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC. pp. 407-433.
- PAYNTER, R. 1989. The archaeology of equality and inequality. *Annual Review of Anthropology*, Vol. 18: 369-399.
- PAYNTER, R., & MCGUIRE, R. H. 1991. The archaeology of inequality: Material culture, domination and resistance. In MCGUIRE, R. H. & PAYNTER, R. (eds.). *The Archaeology of Inequality*. Basil Blackwell, Oxford. pp. 1-27.
- PERDUE, T. 1979. *Slavery and the Evolution of Cherokee Society 1540-1866*. University of Tennessee Press, Knoxville.
- PERDUE, T. (ed.) 1983. *Cherokee Editor, the Writings of Elias Boudinot*. University of Tennessee Press. Knoxville
- PERDUE, T. 1989. *The Cherokee*. Chelsea House, New York.
- PERSICO, V. R., Jr. 1979. Early nineteenth-century Cherokee political organization. In KING, D. H. (ed.). *the cherokee indian nation*. University of Tennessee Press, Knoxville. pp. 92-109
- PILLSBURY, R. 1983. The Europeanization of the Cherokee settlement landscape prior to removal: A Georgia case study. *Geoscience and Man* Vol. 23: 59-69.
- POSNANSKY, M. & DECORSE, C. R. 1986. Historical archaeology in sub-Saharan Africa - A review. *Historical Archaeology*, Vol. 20, n° 1: 1-14.

- POTTER, P. B., Jr. 1992. Middle-range theory, ceramics, and capitalism in 19th-century Rockbridge County, Virginia. In LITTLE, B. J. (ed.). *Text-Aided Archaeology*. CRC Press, Boca Raton, FL. pp. 9-24.
- POTTER, S. R. 1993. *Commoners, Tribute, and Chiefs; the Development of Algonquian Culture in the Potomac Valley*. University Press of Virginia, Charlottesville.
- PREUCCEL, R. W. (ed.) 1991. *Processual and Postprocessual Archaeologies; Multiple Ways of Knowing the Past*, Occasional Paper No. 10. Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University, Carbondale.
- RAMENOFISKY, A. 1987. *Vectors of Death: The Archaeology of European Contact*. University of New Mexico Press, Albuquerque.
- RAPP, W. F. & BERANEK, S. K. 1984. *The Industrial Archaeology of Nebraska*. J-B, Crete, NE
- RATHJE, W. L. 1979. Modern material culture studies. In SCHIFFER, M. B. (ed.). *Advances in Archaeological Method and Theory*, Vol. 2: 1-29. Academic Press, New York.
- REDMAN, C. L. 1986. *Qsar es-Seghir, An Archaeological View of Medieval Life*. Academic. Press, New York.
- REITZ, E. J. & SCARRY, M. 1985. *Reconstructing Historic Subsistence with an Example from Sixteenth-Century Spanish Florida*, Special Publication, No. 3. Society for Historical Archaeology, California, PA.
- REYNOLDS, B. & STOTT, M. A. (eds.) 1987. *Material Anthropology, Contemporary Approaches to Material Culture*. University Press of America, Lanham, MD.
- ROGERS, J. D. 1990. *Objects of Change: The Archaeology and History of Arikara Contact with Europeans*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- ROGERS, J. D. & WILSON, S. M. 1993. *Ethnohistory and Archaeology, Approaches to Postcontact Change in the Americas*. Plenum, New York.
- RONDA, J. P. & AXTELL, J. 1978. *Indian Missions, a Critical Bibliography*. Indiana University
- ROTHSCHILD, N. A. 1990. *New York City Neighborhoods, the 18th Century*. Academic Press, New York.
- SAHLINS, M. 1981. *Historical Metaphors and Mythical Realities*, Special Publication of the Association for Social Anthropology in Oceania No. 1. University of Michigan Press, Ann.
- SAHLINS, M. 1985. *Islands of History*, University of Chicago Press, Chicago.

- SANDE, T. A. 1976. *Industrial Archaeology: A New Look at the American Heritage*. S. Greene Press, Brattleboro. VT.
- SCHAMA, S. 1987. *The Embarrassment of Riches: An Interpretation of Dutch Culture in the Golden Age*. Alfred Knopf, New York.
- SCHIFFER, M. B. 1976. *Behavioral Archaeology*, Academic Press, New York.
- SCHIFFER, M. B. 1988. The structure of archaeological theory. *American Antiquity*, Vol. 53: 461-485.
- SCHIFFER, M. B. 1991. *The Portable Radio in American life*. University of Arizona Press, Tuscon.
- SCHLERETH, T. J. (ed.) 1985. *Material Culture, a Research Guide*. University Press of Kansas, Lawrence.
- SCHMIDT, T. J. (ed.) 1985. *Historical Archaeology: A structural approach in African Culture*. Greenwood Press, Westport, CT.
- SCHRIRE, C. & MERWICK, D. 1991. Dutch-indigenous relations in New Netherland and the Cape in the seventeenth century. In FALK, L. (ed.), *Historical Archaeology in Global. Perspective*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC. pp. 11-20.
- SCHUYLER, R. L. 1970. Historical and historic sites archaeology as anthropology: Basic definitions and relationships. *Historical Archaeology*, Vol. 4: 83-89.
- SCHUYLER, R. L. 1976. Images of America: The contribution of historical archaeology to national identity. *Southwestern Lore*, Vol. 42, n° 4: 27-39.
- SCHUYLER, R. L. (ed.) 1982. Urban Archaeology in America. *North American Archaeologist*, Vol. 3, n° 3. Baywood, Farmingdale, NY
- SCHUYLER, R. L. 1988. Archaeological remains, documents, and anthropology: A call for a new culture history. *Historical Archaeology*, Vol. 22, n°1: 36-42.
- SCOTT, D. D. & FOX, R. A., Jr. 1987. *Archaeological Insights into the Custer Battle, an Assessment of the 1984 Field Season*. University of Oklahoma Press, Norman.
- SCOTT, D. D., FOX, R. A., Jr., CONNER, M. A., & HARMON, D. 1989. *Archaeological Perspectives on the Battle of the Little Bighorn*. University of Oklahoma Press, Norman.
- SCOTT, J. C. 1985. *Weapons of the Weak, the Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University Press, New Haven, CT.
- SCOTT, P. E. & DEETZ, J. 1990. Building, furnishings and social change in early

- Victorian Grahamstown. *Social Dynamics*, Vol. 16n° 1: 76-89.
- SEIFERT, D. J. (ed.) 1991. Gender in historical archaeology. *Historical Archaeology*, Vol. 25, No. 4.
- SELF, R. D. 1955. Chronology of New Echota. *Early Georgia*, Vol. 1, n° 4: 3-5.
- SHACKEL, P. A. 1993a. *A Historical Archaeology of Personal Discipline and Material Culture in the Chesapeake*. University of Tennessee Press, Knoxville.
- SHACKEL, P. A. (ed.) 1993b. *Interdisciplinary Investigations of Domestic Life in Government Block B: Perspectives on Harpers Ferry's Armory and Commercial District*, National Park Service. National Capital Region, Occasional Report No. 6.
- SHACKEL, P. A. & LITTLE, B. J. 1992. Post-processual approaches to meanings and uses of material culture in historical archaeology. In LITTLE, B. J. & SHACKEL, P. A. (eds.). *Meanings and Uses of Material Culture*, *Historical Archaeology*, Vol. 26, No. 3: 5-11.
- SHACKEL, P. A. & LITTLE, B. J. (eds.) 1994. *The Historical Archaeology of the Chesapeake*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- SHANKS, M. & TILLEY, C. 1987. *Re-Constructing Archaeology Theory and Practice*. Cambridge University Press, Cambridge.
- SICHONE, O. B. 1989. The development of an urban working-class culture on the Rhodesian Copperbelt. In MILLER, D., ROWLANDS, M. & TILLEY, C. (eds.). *Domination and Resistance*. Unwin Hyman, London. pp. 290-298.
- SIDER, G. M. 1976. Lumbee Indian cultural nationalism and ethnogenesis. *Dialectical Anthropology*, Vol. 1: 161-172
- SINGLETON, T. (ed.) 1985. *The Archaeology of Slavery and Plantation Life*. Academic Press. New New York.
- SINGLETON, T. 1999. *"I Too Am America": Studies in African American Archaeology*, university of Virginia Press, Charlottesville.
- SMITH, M. T. 1987. *Archaeology of Aboriginal Culture Change in the Inferior Southeast: the Indian Depopulation During the Early Historic Period*. University Presses of Florida, Gainesville.
- SMITH, S. D. 1976. *An Archaeological and Historical Assessment of the First Hermitage*, Research Series No. 2. Tennessee Department of Conservation, Division of Archaeology
- SOUTH, S. 1977a. *Method and Theory in Historical Archaeology*. Academic Press, New

York

- SOUTH, S. (ed.) 1977b. *Research Strategies in Historical Archaeology*. Academic Press, New York.
- SOUTH, S. 1988a. Santa Elena: Threshold of Conquest. In LEONE, M. P. & POTTER, P. B., Jr. (eds.). *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC. pp. 27-72.
- SOUTH, S. 1988b. Whither pattern? *Historical Archaeology*, Vol. 22, n°1: 25-28
- SPENCER-WOOD, S. (ed.) 1987. *Consumer Choice in Historical Archaeology*. Plenum Press, New York.
- SPENCER-WOOD, S. 1991. Toward an historical archaeology of materialist domestic reform. In MCGUIRE, R. H. & PAYNTER, R. (eds.). *The Archaeology of Inequality*. Basil Blackwell, Oxford. pp. 231-286.
- STASKI, E. (ed.) 1987. *Living in Cities: Current Research in Urban Archaeology*, special Publication No. 5. Society for Historical Archaeology, California, Pennsylvania
- STASKI, E. 1990. Studies of ethnicity in North American historical archaeology. *North American Archaeologist*. Vol 1, n° 2: 121-145.
- STEVENSON, M. G. 1982. Toward and understanding of site abandonment behavior: Evidence from historic mining camps in the southwest Yukon. *Journal of Anthropological Archaeology*, Vol. 1: 236-265.
- St. GEORGE, R. B. (ed.) 1988. *Material Life in America, 1600-1860*. Northeastern University Press, Boston.
- STILGOE, J. R. 1982. *Common landscapes of America, 1580 to 1845*. Yale University Press, New Haven, CT.
- STONE, G. & OTTUSCH-KIANKA, D. (eds.) 1987. *The Historical Archaeology of Long Island*, Vol. VII, Pan I. The Sires. Suffolk County Archaeological Association and Nassau County Archaeological Committee, Stony Brook, NY.
- THOMAS, D. H. (ed.) 1989. *Columbian Consequences, Vol. I*. Archaeological and Historical Perspectives on the Spanish Borderlands West. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- THOMAS, D. H. (ed.) 1990. *Columbian Consequences, Vol. 2*. Archaeological and Historical Perspectives on the Spanish Borderlands East. Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- THOMAS, D. H. (ed.) 1991. *Columbian Consequences, Vol. 3*. The Spanish Borderlands

- in Pan-American Perspective. Smithsonian Institution Press, Washington. DC.
- TILLEY, C. (ed.) 1990. *Reading Material Culture*. Basil Blackwell, Oxford.
- TRIGGER, B. G. 1985. *Natives and Newcomers, Canada's "Heroic Age" Reconsidered*. McGill-Queen's University Press, Montreal.
- UPTON, D. 1986. *Holy Things and Profane: Anglican Parish Churches in Colonial Virginia*. Harvard University Press, Cambridge, MA.
- UPTON, D. & VLACH, J. M. (eds.) 1986. *Common Places, Readings in American Vernacular Architecture*. University of Georgia Press, Athens.
- VANCE, M. 1984. *Monographs on Industrial Archaeology*, Bibliography A1286, Vance Bibliographies. Architecture Series, Monticello, IL.
- VERANO, J. W. & UBELAKER, D. H. (eds.) 1992. *Disease and Demography in the Americas*, Smithsonian Institution Press, Washington, DC.
- WALDE, D. & WILLOWS, N. D. (eds.) 1991. *The Archaeology of Gender*, Proceedings of the 22nd Annual Chacmool Conference. Archaeological Association of the University of Calgary, Calgary.
- WALLACE, A. F. C. 1970. *Culture and Personality*, Random House, New York,
- WALTHALL, J. A. (ed.) 1990. *French Colonial Archaeology of the Illinois Country*. University of Illinois Press, Urbana.
- WALTHALL, J. A. & EMERSON, T. E. (eds.) 1992. *Calumet and Fleur-de-Lys; Archaeology of the Indian and French Contact in the Midcontinent*. Smithsonian institution press, Washington, DC.
- WARD, A. E. (ed.) 1983. *Forgotten Places and Things*, Archaeological Perspectives on American History. Center for Anthropological Studies, Albuquerque, NM.
- WATSON, P. J. & FOTIADIS, M. 1990. The razor's edge: Symbolic-structuralist archeology and the expansion of archeological inference. *American Anthropologist*, Vol. 92: 613-629.
- WATSON, R. A. 1990. Ozymandias, King of Kings: Postprocessual radical archaeology as critique. *American Antiquity*, Vol. 55: 673-689.
- WEGARS, P. (ed.) 1993. *Hidden Heritage*, Historical Archaeology of the Overseas Chinese. Baywood, Amityville, NY.
- WILMS, D. 1974. *Cherokee Indian Land Use in Georgia 1800-1888*. Ph.D. (dissertation). University of Georgia, Athens.

- WILSON, J. H., Jr. (ed.) 1985. *Current Research in the Historical Archaeology of the Carolinas*, Chicora Foundation Research Series No. 4. Columbia, SC
- WINER, M. & DEETZ, J. 1990. The transformation of British culture in the Eastern Cape 1820-1860. *Social Dynamics*, Vol. 16, n° 1: 55-75.
- WOBST, H. M. 1977. Stylistic behavior and information exchange. In CLELAND, C. E. (ed.). *For the Director: Research Essays in Honor of James B. Griffin. Museum of Anthropology Publication*, Vol. 61. University of Michigan, Ann Arbor.
- WOLF, E. 1982. *Europe and the People Without History*. University of California Press, Berkeley.
- WOLF, E. 1990. Distinguished Lecture: Facing power - Old insights, new questions. *American Anthropologist*, Vol. 92: 586-596.
- WOOD, P., WASELKOVA, G. A. & HANTLEY, T. (eds.) 1989. *Powhatan's Mantle: Indians in the Colonial Southeast*, University of Nebraska Press, Lincoln.
- YENTSCH, A. (ed.) 1987. Humanism and revisionism in historical archaeology. *American Archaeology*, Vol. 6: n° 1.
- YENTSCH, A. 1991a. Engendering visible and invisible ceramic artifacts, especially dairy vessels. *Historical Archaeology*, Vol. 25, n° 4: 132-155.
- YENTSCH, A. 1991b. The symbolic divisions of pottery: Sex-related attributes of English and Anglo-American household pots. In MCGUIRE, R. H. & PAYNTER, R. (eds.). *The Archaeology of Inequality*. Basil Blackwell, Oxford. pp. 192-230.
- YENTSCH, A. E. & BEAUDRY, M. C (eds.) 1992. *Art and Mystery of Historical Archaeology Essays in Honor of James Deetz*. CRC Press, Boca Raton, FL.
- YOUNG, B. K. 1992. Text aided or text misled? Reflections on the uses of archaeology in medieval history. In LITTLE, B. J. (ed.), *Text-Aided Archaeology*. CRC Press, Boca Raton, FL. pp. 135-150